III CONGRESSO
FETRAF SANTA CATARINA

02 e 03 de Outubro 2019 - Colônia Bacia - Chapecó/SC

DOCUMENTO BASE

'Agricultura Familiar às mãos que alimentam a Nação'

FETRAF-SC
AGRICULTURA FAMILIAR
CUT

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA – FETRAF/SC-CUT

- **QUEM SOMOS?**

A Fetraf-SC é a Federação que representa todos os trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina. Representa e defende os Agricultores Familiares que de forma individual ou coletiva produzem mais de 70% dos alimentos que é consumido pela população.

Em todo estado somos mais de 168 mil estabelecimentos de agricultores familiares e representamos 90% dos estabelecimentos agropecuário.

A criação da Fetrafesc em 1997 foi o marco do novo sindicalismo para todo o Brasil. Em 2001 surgiu a FETRAFSUL, em 2005 foi criada a Fetraf Brasil e mais de 20 federações surgiram em outros estados, consolidando o novo sindicalismo da agricultura familiar em todo país. Processo que rompeu definitivamente com aquele modelo sindical imposto pela legislação dos anos 60.

O reconhecimento político conquistado desde a criação junto a governos, organizações sociais, e de modo especial pelos sindicatos de base demonstra que a estratégia da criação de uma organização especifica da Agricultura Familiar foi uma decisão acertada.

A existência de uma categoria especifica e diferenciada dos trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar potencializa três questões fundamentais:

a) Avançar na construção de uma identidade dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar como uma categoria econômica e social estratégica e fundamental para a sociedade;

b) Construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário na agricultura familiar;

c) construção de um novo sindicalismo, de luta, de classe e de conquistas, rompendo com o sindicalismo pelego de caráter assistencialista;

- **NOSSA CONCEPÇÃO:**

A Fetraf-SC/CUT defende como concepção e objetivo estratégico a construção de uma sociedade solidária, democrática, fraterna, plural, ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Defendemos a liberdade de pensamento, de expressão e de crença, tendo como pano de fundo a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade de todos os direitos humanos.

Nesta sociedade não pode haver espaço para a exploração do ser humano, nem a prevalência da divisão utilitarista da natureza, ou qualquer manifestação discriminatória, seja ele de raça, gênero, crença, geração e sexo, assim como qualquer manifestação de desrespeito a outras formas de vida.

Entendemos que o Estado tem a função e a capacidade de inverter as prioridades para melhorar a distribuição da renda. Sendo fomentador e indutor do desenvolvimento econômico, do planejamento estratégico, bem como na construção de políticas públicas e priorizar investimentos para os programas sociais no país e Estado de Santa Catarina.

Compreendemos que a participação das organizações da sociedade civil na esfera pública caminha no sentido da partilha do poder e da democratização do Estado. Na nossa percepção, adotar um paradigma de gestão pública voltado à afirmação da democracia participativa significa revolucionar, por dentro, a máquina do Estado.

- **O QUE DEFENDEMOS:**

Defendemos a qualificação na organização da produção e seu fortalecimento com o incremento de alternativas sustentáveis econômica e ambientalmente;

Defendemos o fortalecimento da auto-organização dos agricultores familiares e de seus próprios sujeitos políticos com ênfase para as formas associativas e cooperativas de atuação;

Defendemos o reposicionamento da Agricultura Familiar no centro de políticas públicas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, para promover um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado;

Defendemos a valorização da Agricultura Familiar pelo seu vínculo à segurança alimentar mundial; pela preservação dos produtos tradicionais; por salvaguardar a agro biodiversidade; e pelo uso sustentável dos recursos naturais;

Defendemos o reconhecimento do papel das mulheres e dos jovens na Agricultura Familiar, com programas para garantir seus direitos específicos;

Defendemos o Plano de Sucessão Familiar “Meu Projeto de Vida”: Conjunto de políticas que assegurem a permanência da juventude no campo com acesso à terra desburocratizada; as comunicações e inclusão digital; habitação diferenciada, política de renda assegurada; acesso à cultura, esporte e lazer;

Defendemos o Não sucateamento das estatais: que o estado de Santa Catarina fortaleça e estruture estatais como: Cidasc, Epagri, Celesc para melhorar o atendimento e desenvolvimento da Agricultura Familiar catarinense;

Defendemos o novo marco do cooperativismo, reconhecendo as cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária, e uma agricultura familiar respeitada por sua legitimidade jurídica;

Para a FETRAFSC-CUT, apostar na agricultura familiar é muito mais que cuidar da natureza, do que produzir alimentos saudáveis para a nossa população. Investir na agricultura familiar é, também, fortalecer um dos pilares fundamentais que move a economia e a grande maioria dos municípios catarinenses.

Os dados indicam que 90,8% dos municípios catarinenses têm menos de 50 mil habitantes. Isto indica uma participação decisiva da agricultura familiar, na vida econômica, cultural e social destes municípios. Porém o êxodo rural cresceu 21% nos últimos anos (40 mil propriedades, ou seja, 25% dos estabelecimentos agropecuários sem perspectiva de sucessão).

Somos mais de 168 mil estabelecimentos de agricultores familiares em Santa Catarina, aproximadamente 90% dos estabelecimentos agropecuários, mas ocupamos apenas 44% das terras agricultáveis do Estado.

Nosso projeto propõe a criação de políticas públicas de amplo alcance social e fortalecimento do Estado para ser propulsor do desenvolvimento sustentável, não somente do espaço rural, mas principalmente dele. O objetivo é valorizar a juventude fortalecendo o desenvolvimento da agricultura familiar dos pequenos municípios e garantir a sucessão das propriedades rurais.

▪ EIXO 1 - DESAFIOS POLÍTICOS DA ATUALIDADE

1. COMPREENDER O MOMENTO PARA ENFRENTAR OS CENÁRIOS

Não é tempo de desespero, e sim, tempo de compreensão. Faz-se necessário que nós trabalhadores de modo especial agricultores e agricultoras façamos um grande esforço. Primeiro, reservando momentos de estudos como sobre os cenários colocados na luta de classe, (sim ‘luta de classe’) é o que enfrentamos neste momento.

Há toda uma retórica de convencimento colocada, um aparato para adesão de ideias, arrebanhar multiplicadores desta falaciosa necessidade de ajuste a economia para o país voltar a crescer. Quando ajustar tem por objetivo otimizar ganhos do grande sistema de capital, proponentes e avalistas de agressiva pauta de destruição nos direitos da classe trabalhadora e desconstrução do estado social, reduz perspectivas de vislumbrarmos nestes projetos de governo atenção aos cidadãos. Desoladora realidade presenciada no Brasil hoje.

Basta olhar para a imensa concentração do Capital e começamos a compreender o poder de decisão do macro sistema financeiro. É uma lógica perversa do acúmulo sem reinvestimento. Só em ativos concentrados sem retorno as economias locais, continentais temos hoje valores que giram em torno de U$ 31 trilhões de dólares em paraísos fiscais.

Somente o Brasil, valores na ordem de 500 milhões vagando entre estes paraísos fiscais sem retorno algum de impostos ou investimentos na economia do país. Isso reflete no problema de desemprego, na economia fragilizada e sem perspectivas de melhorar.

Em um pequeno exercício de observação sobre a mudança de governabilidade planetária. Na última década, é primária a percepção dos lugares e a lógica imposta para a mudança de governo. Não precisamos ir longe para perceber, vejamos a realidade latina americana começando por analisar o ataque a democracia no Paraguai em 2009 quando o então presidente Lugo é deposto da presidência por um golpe parlamentar em processo rápido, objetivo e sem tempo de reagir.

Some-se a isso, as pressões sobre a Bolívia de Evo Morales que tirou o país do fundo do poço, de uma secular espoliação de seu povo, dando-lhes mais dignidade, oportunidade e emancipação em massa de milhões de analfabetos que passam a ler, escrever, sentirem-se cidadãos de verdade, numa revolução silenciosa do cuidado e atenção, embora pouco respaldada no planeta. Mesmo assim, o governo sofreu fortes pressões, perseguições e ameaças de golpe. O Equador de Rafael Correia que recolocou o país em crescimento, melhorou as condições sociais de seu povo e também sofreu logo no inicio tentativa de golpe de estado.

Na mesma tocada, não poderia ficar fora a perseguição fascista da impressa argentina sobre a presidenta Cristina Kirchner, elegendo na sucessão o neoliberal Mauricio Macri que afundou o país na maior crise de sua história. A Argentina hoje, possui uma dívida que já ultrapassa os 100% do PIB do país, hoje entregue aos domínios e controle do Fundo Monetário Internacional (FMI). Difícil não falar da Venezuela (caos que se arrasta), o país arrasado pelo fascismo da imprensa latino-americana, após tempos de crescimento e políticas de assistência ao povo com forte reinvestimento das riquezas da exploração do petróleo.

Por fim, não dá para esquecer é claro da destituição de Dilma Rousseff da presidência no Brasil sem crime cometido, e posteriormente assumido por congressistas como uma necessidade já que a mesma não tinha mais força de governabilidade. E então, aqui estamos mergulhados em uma das maiores crises econômica, política, sociais, já vividas em nosso país.

Todo este cenário tem que servir de elementos para melhor compreendermos uma realidade perversa colocada no planeta sobre às economias emergentes e em desenvolvimento. Para o grande sistema, era necessário apresentar uma ferramenta de desconstrução das estratégias governamentais que tendiam a cristalizar como referências de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aqui entra o caso do Brasil, de 2002 em diante com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência até a saída de Dilma Rousseff em agosto de 2016. O país ajudou reconfigurar a realidade latino-americana, retirando mais de 30 milhões de brasileiros da linha de miséria, num continente que na década de 1990 possuía mais de 240 milhões de cidadãos passando fome em estado de plena miserabilidade social. Dentre estes, milhares de

camponeses desassistidos de governos morriam de fome, abandono ou então, expulsos de seu último e único porto seguro: a terra.

Mas esta forma de governar com assistência aos trabalhadores passou ser visto como ameaça. E então, a secular ferramenta da espoliação e expropriação, mais aperfeiçoada que nunca, entrou em cena derrubando a nova lógica democrática, progressista que em partes do planeta vinha sedimentando. E como efeito dominó, desde a última grande crise iniciada em 2008 com a 'Bolha Imobiliária americana', passamos a assistir uma reconfiguração, espécie de 'recolonização' planetária, mais uma vez focada na expropriação das riquezas das nações: seja pela retirada de direitos, expropriação da força de trabalho, da produção em larga escala e exploração dos produtores ou das riquezas naturais.

2. CONJUNTURA DE UM PAÍS EM DESCONSTRUÇÃO

2.1 Economia em crise, Mercado de Trabalho Precário

Ao contrário do que afirmaram que as reformas eram necessárias para superar a crise econômica, o que temos, de fato, é sua continuidade. Os indicadores de crescimento nos dois primeiros trimestres deste ano apontam para um quadro de recessão técnica. A projeção para 2019 é de crescimento de 0,8%. O crescimento de 2,5% alardeado pelo mercado no início do ano era propaganda enganosa: a política econômica proposta por Bolsonaro não tem condições de sustentar uma trajetória de crescimento nesse patamar. O único setor que segue apresentando crescimentos significativos é o sistema financeiro.

Com a crise econômica e a política implementada pós golpe perdemos uma década de crescimento - em um momento em que o mundo passa por importantes mudanças produtivas, tecnológicas, de disputas de mercados no cenário global. Por todos esses elementos (de reorientação da ação do Estado, de reformas neoliberais e de política econômica) o que se vislumbra no governo Bolsonaro é uma política de baixo crescimento, com indicadores negativos ou "andando de lado" e de forte desigualdade na distribuição da riqueza gerada no país. Essa política impõe para milhões de brasileiros a pobreza, aprofunda a desigualdade, transfere renda para o sistema financeiro e para países do centro do capitalismo. Neste ritmo, **a perspectiva de a economia retomar ao patamar de 2014 é estimada para 2023.** Deve-se, no entanto, considerar que este resultado pode não ser alcançado diante de uma nova crise econômica mundial, prenunciada pela desaceleração econômica em países que movem a economia global e pela possibilidade real do Brasil entrar novamente em recessão.

Esse cenário tem um forte impacto negativo no **mercado de trabalho**, a taxa de desemprego está em 12%, são 12,8 milhões de **desempregados**. Cerca de 25% dos desempregados estão nessa condição há 2 anos, ou seja, um desemprego de longa duração (Abril/maio/junho, PNAD-C/IBGE). Somando desempregados, trabalhadores desalentados, e aqueles que conseguem realizar pequenos trabalhos com jornadas parciais, são 28,4 milhões de trabalhadores subutilizados na força de trabalho.

Isso impacta em todos os setores de nossa economia, e também na **produção da agricultura de base** que produz alimentos para a mesa dos brasileiros. Pois, com o poder

de compara reduzido o consumidor passa a priorizar o que pode comprar e o que vai deixando de lado, e se ele não vai a feira isso impacta na vida do agricultor que produz alimentos para venda neste mercado. Não diferente nos mercados convencionais que comercializam os produtos da agricultura familiar, que também reduzem as perspectivas de compras do setor, gerando perdas e desestimulando a produção no setor.

2.2 Desmonte do Estado, Privatização e Ataques à Soberania Nacional

Para os liberais, as ideias-chave são o fortalecimento da esfera privada em detrimento da pública; a valorização da ação do indivíduo e não da ação coletiva; a redução do papel do Estado; a ênfase na propriedade privada; a validade dos contratos livremente elaborados entre os indivíduos sem interferência do Estado; **e a desregulamentação de todos os mercados**. Esse modelo já foi colocado em prática em outros países e resultou em aumento da desigualdade e exclusão social.

Está em marcha uma política de **sucateamento e privatização dos serviços públicos** como saúde, educação e assistência social, seja com a redução das verbas necessárias para garantir o atendimento da população e para oferecer serviços de qualidade, seja pela extinção de ações e programas. Na educação temos os cortes de verbas e as iniciativas que visam a privatização e a perseguição à liberdade do ensino. A antirreforma do ensino médio promove o “adestramento de mão-de-obra” em detrimento de uma educação integral e abre as portas para a exploração privada. Na mesma linha, vem sendo feito alterações profundas no sistema de seguridade social, com a antirreforma da previdência e precarização do Sistema Único de Saúde-SUS, com a redução de recursos e repasse aos municípios, baseando-se no número de pacientes cadastrados nas equipes de saúde da família, critério que excluirá milhões de brasileiros, comprometendo o direito de acesso universal à saúde; o fechamento das farmácias populares, inviabilizando o acesso à medicação gratuita; a suspensão de contratos com laboratórios públicos nacionais que produziam medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS a mais de 30 milhões de brasileiros.

Reduzindo o papel do Estado, entregando para a iniciativa privada os serviços públicos, o governo Bolsonaro abre caminho para uma **reforma tributária** alinhada às políticas liberais e de caráter regressivo.

Políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional como aquelas que incentivam a produção de alimentos saudáveis pelos trabalhadores e trabalhadoras da **agricultura familiar** também estão sendo esvaziadas e encerradas. As políticas de crédito agrícola, assistência técnica, promoção de produção agroecológica e comercialização foram praticamente dizimadas. Ao mesmo tempo, são relaxadas as normas que restringem o uso de agrotóxicos na agricultura. As políticas de regularização fundiária e de reforma agrária foram congeladas.

2.3 Ataque aos Direitos e aos Sindicatos

O ataque aos direitos foi aprofundado com a **antirreforma trabalhista**, aprovada em 2017, que retirou cerca de 100 artigos da CLT. As mudanças instituem contratos precários, ampliam a jornada e também flexibilizam seu uso, pioram as condições de

trabalho, facilitam a demissão, criam um ambiente desfavorável à negociação coletiva, fragilizam a organização sindical e dificultam o acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho.

A ofensiva contra os sindicatos continuou. Em janeiro, foi editada a **MP 871/2019** visando, desta vez, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ao cassar sua atribuição de comprovar o trabalho do agricultor familiar para fins de acesso à previdência social, além de restringir o acesso de brasileiros e brasileiras a benefícios (pensão por morte, auxílio reclusão, licença maternidade, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e à aposentadoria. Em fevereiro, foi editada a **MP (Medida Provisória) 873/2019,** que procurava asfixiar o movimento sindical criando dificuldades para o pagamento da mensalidade dos sindicalizados.

Os ataques do governo Bolsonaro aos direitos, à democracia, à soberania nacional, o desmonte que vem efetuando das políticas públicas de educação, saúde e proteção social não aconteceram sem a resistência dos sindicatos e dos movimentos populares que saíram às ruas nas capitais dos estados e cidades do interior em protesto, nos dias 8 e 29 de março; no 1º de maio, manifestações foram realizadas, em defesa do emprego e contra a antirreforma da previdência numa ação de unidade das Centrais Sindicais; os professores fizeram uma greve nacional em 15 de maio; os sindicatos realizaram mais uma greve geral em 14 de junho, que contou com a adesão de milhões de trabalhadores; promoveram novas paralisações e saíram novamente às ruas no dia 13 de agosto. No dia seguinte, 14 de agosto, a Marcha das Margaridas, símbolo de muitas lutas, inundou as avenidas principais de Brasília. Apesar de não terem conseguido barrar a aprovação da antirreforma da previdência na Câmara dos Deputados, as palavras de ordem e os gritos de protesto que ecoaram Brasil afora nessas diversas ocasiões demonstram que a classe trabalhadora e parcela significativa da sociedade não aceitam e resistem aos desmandos do atual governo.

Apoiados nesse movimento de resistência, junto com a nossa Central Única dos Trabalhadores (CUT) continuaremos lutando contra a pauta destrutiva do Governo Bolsonaro. Contra a coalizão fascista e plutocrata que aparelha o estado do poder executivo ao poder judiciário, sistema que tirou da disputa eleitoral aquele que em 500 anos foi o maior presidente da história de nosso país. Pois o colocando na prisão de forma pragmática e programática seria possível consolidar a destruição do Estado Social implementado por Lula e presente no seu projeto de governabilidade inviabilizado por sua prisão política.

2.4 O contexto de Santa Catarina neste cenário

Com um território de 95.346 km2, o correspondente a 1,12% do território nacional, o Estado é destaque nacional na produção agropecuária. Segundo Clovis Dorigon, pesquisador da Epagri, os dados de Santa Catarina a referenciam entre os dez maiores no ranking nacional quando se considera o Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBP (MAPA, 2018, apud GIEHL, 2018). Ainda segundo Giehl (2018, não publicado), de acordo com os cálculos do Centro Socioeconômico e Planejamento Agrícola da Epagri, o VBP da agropecuária catarinense em 2017 foi de R$ 29,57 bilhões. A pecuária contribuiu com 60% do VBP total da agropecuária catarinense em 2017 (EPAGRI/CEPA, 2017). Os três

principais produtos que compõem o VBP de Santa Catarina são de origem animal: frangos, suínos, leite.

Dados atuais do Censo Agropecuário 2017, publicados há poucas semanas apontam a existência de 183.065 estabelecimentos predominantemente em sistema produtivo da Agricultura Familiar e Camponesa. O que por si só, revela como um setor importantíssimo no desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural que merece atenção especial por parte de um governo estadual.

Some-se a isto, o fato que 90% dos municípios catarinenses tem menos de 50 mil habitantes, o que ressalta a importância da Agricultura Familiar na vida econômica e social dos mesmos. Porém, se por um lado o setor revela um poderoso elemento de sustentação econômica do Estado, por outro revela preocupações fundamentais como:

a) O crescimento do êxodo rural nos últimos anos atingindo 21% em consequência da falta de atenção e incentivo. Isso tem comprometido o processo de sucessão familiar, pois os jovens sem perspectivas de permanência vão em embora das propriedades;

b) Dados apontam que 40 mil propriedades, ou seja 25% dos estabelecimentos agropecuários não apresentam perspectivas de sucessão;

c) Envelhecimento e empobrecimento são outros fatores que merece atenção.

A situação demográfica do estado é uma das mais graves do Brasil, principalmente porque a maioria dos seus 267 municípios com menos de 50 mil habitantes (90,5% do total de 295 municípios de SC), segundo o Censo do IBGE 2010, encontra-se estagnada ou em decadência em termos econômicos, demográficos e sociais. Os indicadores demográficos de Santa Catarina hoje estão próximos aos da China, de Portugal e da Espanha, países com baixíssimo crescimento populacional, e aguda desigualdade social e econômica em suas áreas “do interior” (ou “rurais”).

Nos últimos anos as entidades da Agricultura Familiar, com a parceria de estudiosos de estatais como Epagri, das universidades e institutos federal, tem debatido a necessidade de avaliar a realidade e apontar perspectivas a frente. Com estes elementos, emerge a necessidade de um plano de desenvolvimento e estruturação da Agricultura Familiar em nosso estado. Pois, investir na agricultura familiar é fortalecer um dos pilares fundamentais da economia catarinense, e principalmente da maioria dos 295 municípios do estado. Mas não um investimento qualquer, e sim, que preze pela manutenção da capacidade e diversidade produtiva, a produção de alimentos saudáveis e concomitantemente, preservando biodiversidade e seu meio.

Assim, as políticas públicas para o meio rural catarinense, a partir da visão estratégica e comprometida com o setor por um governo democrático e popular, devem buscar a revitalização e o fortalecimento da agricultura de base familiar e camponesa, numa perspectiva de desenvolvimento territorial, no dinamismo do meio rural e na qualidade de vida para as populações que nele habitam.

3. BALANÇO DE AÇÕES E LUTAS DE 2015 À 2019

3.1 Congresso da Fetraf 2015 foi marcado por grande presença de lideranças agricultores e agricultoras familiares e entidades parceiras. Momento que consolidou nossa organização sindical da agricultura familiar no Estado após a decisão política de 2013 durante o congresso da Fetraf-Sul/CUT de cada estado criar sua Federação. Momento que renovou direção da Fetraf-SC, dos sindicatos a partir do trabalho de base realizado nas comunidades e Municípios;

3.2 - Os Dirigentes que assumiram essa tarefa de coordenar as ações dos sindicatos e da Fetraf vinham de um período de pautas positivas, de políticas públicas que fortaleciam a agricultura familiar e a atuação sindical. No momento atual vem na contramão do que construímos desde 2002 para cá;

3.3 - Que às ações da Fetraf-SC sejam estrategicamente realizadas mais próxima aos sindicatos. Por exemplo mobilizações e atos regionais, municipais entre outros;

3.4 - Fomos Grandes batalhadores, resistentes e vencedores desde 2015 para cá com tudo o que a elite Brasileira, o parlamento, o Judiciário fizeram para efetuar o Golpe 2016 podemos dizer que ainda estamos resistindo. O fim das políticas públicas, o desgaste que tivemos na defesa da democracia, a marginalização da esquerda e do movimento sindical, social e de organizações demonstra que poderemos perder tudo que tivemos de conquistas desde 89 para cá;

3.5 - O Ataque do governo Federal, e o bicameral Congresso Nacional alinhados com o setor empresarial aprovaram a PEC redução gastos públicos, a reforma Trabalhista, a terceirização, a medida provisória 871 que não valida mais a declaração sindical pelos sindicatos de trabalhadores e agora também estão trabalhando para acabar com o regime de previdência social. Tudo isso sendo tramado para reduzir o papel do estado gerando retrocessos enormes;

3.6 - A aprovação da reforma da previdência no congresso federal, já traz prejuízos enormes para os agricultores, pois está dificultando o acesso, atrasando a aprovação dos benefícios. E com o fim da declaração sindical, milhares de agricultores e agricultoras ficaram de fora do regime de previdência. Isso ainda sem contar com o novo texto que será aprovado pelos senadores e que poderá agravar ainda mais a situação dos agricultores;

3.7 - Grande campanha da mídia, do judiciário e dos partidos políticos de direita tentam criminalizar, enfraquecer e demonizar o movimento sindical e social tentando afastar os trabalhadores dos sindicatos, fazem campanhas enganosa para tirar direitos dos trabalhadores. Em Santa Catarina presenciamos uma forte Campanha da mídia a favor da reforma da previdência;

3.8 - O povo começa a acordar e ver a situação que estamos vivendo do desmonte do estado brasileiro e das conquistas. Já é possível perceber medo com o que está

acontecendo. Porém, como conversar com o povo que ainda está na onda contraria de tudo o que pensamos e defendemos?

3.9 - A grande campanha da mídia aliada a estratégia da direita contra políticas dos governos de esquerda, fez com que muito iludidos, pessoas de direção do sindicato votaram no Bolsonaro, e agricultores que foram contemplados com as políticas públicas;

3.10 - A nossa ação no PNHR garantia a melhoria na qualidade de vida das famílias, uma ação forte, acertada e concreta que nossos sindicatos junto com a Cooperhaf e Fetraf realizaram. Porém, desde 2016 a política de habitação tem sido reduzida, acabada, sem orçamento;

3.11 - Conquistamos muitas políticas que melhoraram a vida do povo, ajudou a eleger vereadores, prefeitos, mas trouxe comodismo, distanciamento da base;

3.12 - A FETRAF SC acerta quando promove uma política de formação de lideranças e agricultores. Vale ressaltar o Pronatec, a parceria com UFFS, Institutos Federais, o projeto Terra solidária, Projeto Jovens e Mulheres, ajudou a motivar e capacitar novas lideranças. A Formação política, sindical, financeira, da equipe de funcionários dos sindicatos, reafirma o sindicalismo com um grande espaço de formação de novas lideranças. Precisamos nos capacitar cada vez mais e nos qualificar na política sindical e nas ações que devemos desenvolver;

3.13 - Na política de comunicação desenvolvemos uma ação muito tímida frente às necessidades de enfrentamento com a política de retirada dos direitos dos trabalhadores, porém, ainda somos referência na mídia regional de vários temas que tem relação com a agricultura familiar;

3.14 - Já no início de 2016, realizamos nosso planejamento estratégico buscando olhar o todo da nossa organização e da agricultura familiar. Consolidamos conjunto de estratégias e monitoramos todas as ações do Planejamento da Fetraf;

3.15 - Outra ação fundamental executada nesse período foi a consolidação do ‘Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Santa Catarina’ e da articulação com os movimentos sociais da Via Campesina, que se consolidam como espaços estratégicos, de resistência, de formação e elaboração de pautas e políticas para o nosso campo. A Realização dos encontros de lideranças da Agricultura Familiar e o encontro em conjunto com a via campesina foram momentos fortes de debate e articulação;

3.16 - Enfrentamos em vários municípios uma desarticulação entre as entidades do campo e também com entidades da cidade, com a Igreja e pastorais o que possibilitou as ideias mais conservadoras avançarem nesse espaço importante de organização. Nossa ação é muito tímida nas romarias da terra;

3.17 - Destacamos também a necessidade de ampliarmos nossa ação estratégica com as entidades parceiras da agricultura familiar, em especial a necessidade do sindicalismo

ampliar e aprimorar a relação com o cooperativismo de produção e do cooperativismo de crédito no sentido de fortalecer a aliança em torno nosso projeto de desenvolvimento;

3.18 - As mobilizações realizadas nas mais diversas regiões do estado, nos coloca em evidencia, e credenciou a agricultura familiar como uma categoria com muita capacidade de mobilizar. Importante aqui dizer que em vários municípios do nosso estado retomamos o processo de mobilização após muitos anos parado;

3.19 - Destacamos as ações de Mobilização sobre o preço da Maça, cebola, leite. A criação do grupo de trabalho que discutiu a política da maçã foi um espaço de elaboração e luta dos agricultores;

3.20 - A Fetraf SC não deixou de realizar as negociações com o governo do estado, porém, os governos de Santa Catarina nos últimos anos nunca atenderam as nossas reivindicações. Sempre se basearam e fortaleceram o agronegócio, a FAESC, a Ocesc, os setores empresariais, fruto disso é que o maior programa que temos no Estado para a agricultura é o Troca-troca. Todas as outras políticas eram do governo federal;

3.21 - Tivemos muitos ganhos jurídicos para a nossa categoria;

3.22 - Participação e atuação nas instâncias de direção da CUT;

3.23 - Nestes 4 anos, tivemos uma forte atuação em Florianópolis junto aos conselhos. Podemos citar a atuação no CONSEA, Câmara técnica do crédito fundiário, Conselho da Saúde, etc. A Fetraf-SC/CUT se credenciou no debate de segurança alimentar com a presidência do CONSEA, um espaço de articulação política e de elaboração de políticas de soberania e segurança alimentar;

3.24 - Outra estratégia acertada foi o debate e articulação de políticas de comercialização e compras institucionais. Consolidamos a compra através do PNAE, ampliamos a possibilidade de vendas para o exército, institutos federais, prefeituras entre outros, o que viabilizou os agricultores e as cooperativas da agricultura familiar;

3.25 - Muitas pessoas se afastaram do sindicato, deixaram de ser associado pela nossa atuação em defesa da democracia e de Lula Livre, mas acreditamos que estamos no caminho certo;

3.26 - A realização das Campanhas de sindicalização, do bônus da agricultura familiar foram decisivas para o fortalecimento financeiro e organizativo da Fetraf. Ressaltamos também, a composição e estruturação da equipe de funcionárias e assessores que qualificam nossa ação junto aos sindicatos;

3.27 - Além das nossas campanhas de sindicalização, outra ação importante que realizamos foi o trabalho de ampliação de base dos sindicatos/fetraf. Ampliamos a base do Sintraf de São Joaquim para o município de Bom Jardim da Serra. Do Sintraf de Bom Retiro para o município de Bocaina, filiamos o Sintraf de Palmitos. Porém, tivemos a

desfiliação política do Sintraf de Iporã do Oeste e o fechamento do sindicato de Ituporanga e Região;

3.28 - Ressaltamos todo o debate e fomento ao 'Novo Modelo de Desenvolvimento' para a agricultura familiar. Debatemos Agroecologia, elaboramos e implementamos políticas de comercialização que estruturou e fortaleceu as cooperativas da agricultura familiar e os agricultores. Nossa atuação no tema do PNAE foi acertada, criamos a possibilidade de vendermos para o Exército, Marinha, para os Institutos Federais;

3.29 - A realização de várias Audiências públicas nas câmaras de vereadores;

3.30 - A FETRAF SC não consegui potencializar a organização dos jovens, porém importante ressaltar que realizamos vários projetos de formação, a trilha ecológica, o projeto Letras e Lutas, o Projeto Terra Solidária conta com um grande número de jovens;

3.31 - A experiência do coletivo de mulheres a partir do encaminhamento da FETRAF em 2016 foi positivo. Alguns sindicatos assumiram a pauta e o resultado está muito bom, a organização dos grupos nas comunidades conseguiu juntar muitas mulheres, o que soma positivamente para o sindicato;

3.32 - Outro ponto positivo foi a implementação do abaixo assinado e os 127 seminários contra a Reforma da Previdência (entre 2016 e 2017) que possibilitou trazer novos associados ao sindicato pelo fato de ser uma ação concreta e de ampla mobilização;

3.33 - Vale ressaltar a ação a partir da Região Serrana da organização e formulação da lei do Extrativismo (subsídio do pinhão);

3.34 - Outra ação desenvolvida nesses últimos 4 anos foi a estruturação do ICAF com as parcerias na execução de projetos e a contratação dos técnicos para atuar junto aos sindicatos;

3.35 - O enfraquecimento da Cooperhaf devido ao fim do programa Minha Casa Minha Vida demandou uma ação de busca de empréstimo junto aos sindicatos, Fetraf e Icaf, fundamental para manter a Cooperhaf ativa para garantir que pudéssemos consolidar a liberação do loteamento de Erechim;

3.36 - Percebemos um distanciamento da direção dos sindicatos da base social, mas mantivemos os agricultores próximos ao sindicato pois são bem atendidos. Precisamos garantir que os dirigentes da federação possam estar mais presentes nas comunidades, municípios e pensar nas questões práticas do dia a dia dos sindicatos sem perder a questão estratégica;

3.37 - Necessidade de refletir e encontrar caminhos que não envolva tanto os partidos nas nossas ações mesmo sabendo que no projeto de sociedade que defendemos os partidos de esquerdas são os que tem afinidade. Defender nosso projeto de desenvolvimento como centro do nosso debate;

3.38 - Pensamento mais individualizado propagandeado pelo governo, pela mídia vai na contramão do que defendemos que é o coletivo, o cooperativismo, mudança na realidade;

3.39 - A ação dos sindicatos nesse último período também foi de manter os agricultores informados, tanto das reformas que estão acontecendo, quanto em relação a leis que podem afetar diretamente os agricultores a exemplo do CAEPF, das notas eletrônicas e da declaração de imposto de renda etc;

3.40 - A 'Guerra Hibrida' vivida nesse último período tomou conta da população e nós não soubemos como lidar com isso.

- **EIXO 2 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PADSS**

'Somos parte de uma proposta Democrática e Popular'

(Prof. Pós-Dr. Marcos Rodrigues)

1. NOSSO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Com nosso olhar crítico reconhecemos que embora amplamente hegemônico, o projeto de desenvolvimento conduzido pelo agronegócio não é o único. Há também outro projeto de desenvolvimento já consolidado que se constitui a partir de ampla articulação das organizações do campo, baseado na sustentabilidade ambiental, na produção de alimentos saudáveis, na segurança e soberania alimentar e que considera as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais. Um projeto que há tempo vem se consolidando junto aos agricultores e agricultoras e na sociedade. Tem identidade e o compromisso com as classes sociais que desejam uma sociedade democrática e popular.

Desde a década de 50 e início dos anos 60, este NOVO projeto expressou-se no confronto com o latifúndio, para uma mudança radical na estrutura fundiária do país, através da luta por um amplo e massivo processo de reforma agrária e pela conquista dos direitos básicos de cidadania aos trabalhadores rurais.

A ditadura militar abortou qualquer possibilidade de reforma agrária e optou pelo desenvolvimento da agricultura na lógica da modernização do latifúndio, transformado em empresas rurais. O capital financeiro e industrial e agroindustrial (predominantemente multinacional, passaram a tomar conta da estratégia de desenvolvimento da agricultura, autodenominando-se como agronegócio.

Mas os ideais de um mundo mais humano, mais justo, solidário e sustentável não foram destruídos. O ressurgimento dos movimentos sociais no campo, de inúmeras organizações não governamentais, o aparecimento do novo sindicalismo, a partir do final dos anos 70, e, um pouco mais tarde, a conquista de espaços nos governos (municipais,

estaduais e federal) reforçaram a retomada do debate sobre um novo projeto de desenvolvimento sendo sustentável e solidário.

Entre os avanços e recuos, conquistas e derrotas, divergências e convergências internas, a concepção e a luta por um desenvolvimento alternativo do rural e da agricultura resistem e persistem. É um projeto que está permanentemente em construção, moldado pelo avanço nos debates, pelas iniciativas concretas que são implementadas e pelo enfrentamento permanente.

Para a FETRAF-SC/CUT, este projeto é construído e protagonizado por uma diversidade articulada de sujeitos sociais: as organizações de representação e de apoio dos povos do campo, com grande expressão, está a Agricultura Familiar, os setores comprometidos dos governos populares e democráticos e outros importantes setores da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade.

É um projeto vencedor na sua estratégia de fundação da FETRAF-SC/CUT, tendo dado um impulso na luta e organização do Novo Sindicalismo na área rural.

Com toda certeza, a agricultura familiar não vai deixar de contribuir com outras funções, como o seu importante desempenho na produção para a exportação, na produção de matérias-primas diversas e na produção da bioenergia.

Todavia, a soma destas ações relevantes, em avaliação crítica propositiva aponta que há limites a serem enfrentados com debates estratégicos. Como exemplo, destacamos a aplicação e resultados da política do Pronaf que impulsionou um estimulo na atividade produtiva, porém reafirmou o “modelo convencional” de ser e viver no campo rural.

Outra ação importante foi a ação e efetivação das agroindústrias familiares que afirmou uma identidade diferenciada quanto a legislação específica. Porém, ficou limitado as ações de novas propostas que assegurasse formas de escoamento a valorização dos produtos. Neste contexto constata-se que a capacitação e a compressão maior desta política exigem nossa ação e reflexão urgente.

Na política do Programa de Aquisição de Alimentação permanecemos agindo no cumprimento de uma agenda pré-estabelecida pelos órgãos de governo. O desafio permanece em transformar essa ação em política de estado, com a participação efetiva e representativa das nossas organizações nos Regionais e Sintrafs.

As cooperativas de produção com seus limites na compreensão do modelo exigido pelo mercado, mas com a consciência crítica e estratégica do seu modo e ser e organizar fez a diferença. O acesso a políticas de crédito é uma garantia de seguir nesta ação. Todavia as lacunas de compreensão da gestão, os limites financeiros e de uma equipe gestora mais eficaz.

Por fim, necessitamos dar maior prioridade na formação dos dirigentes dos Sintrafs em todas as temáticas que são marcantes nesta conjuntura que os temas de destaque exigem o conhecimento ampliado. Por exemplo, capacitação dos dirigentes em áreas

temáticas atuais como: - produção; - comercialização; agroecologia; - papel das cooperativas familiares, entre outros temas a serem elencados.

Aqui está uma proposta de agenda a ser enfrentada reconhecendo que somos protagonistas, neste momento conjuntural, com força organizacional e representativa nas regiões.

1.1 Valores e conquistas já alcançados

Os diferentes programas que a Federação vem implementando na questão dos jovens, de gênero, de organização da produção, de formação de lideranças, de escolarização, entre outros, tem se apresentado na prática do movimento sindical no campo alternativo de transformação e construção do Novo Sindicalismo.

Os sindicatos têm se desafiado a fazer planejamento de atividades, discutindo estratégia de trabalho nos diferentes projetos que a FETRAF-SC/CUT vem desenvolvendo. Esse fator contribui para melhor organização no trabalho dos sindicatos.

As turmas do Projeto Terra Solidária, Extensão para Mulheres e Juventude têm dado um salto positivo na construção de novas lideranças. Há uma preocupação grande em conter a evasão rural e (juventude) e o êxodo rural, com projetos de gestão e qualificação profissional com a construção de agentes de desenvolvimento.

1.2 Com Passos Largos e Democráticos o que devemos continuar realizando, reivindicando e afirmando na efetivação do PADSS?

Nas Jornadas de Lutas, Mobilizações, Plenárias Estaduais, Regionais e Municipais uma pauta é permanentemente colocadas e cobrada de todos(as) os presentes e filiados(as):

a) Construção do novo(a) dirigente, que integre capacidade técnica e efetiva de direção e articulação política, e principalmente de reafirmar identidade e suas raízes;

b) Incorporação efetiva das questões de gênero e da diversidade étnico-cultural na pratica, em todas as instancias e níveis de ação e atuação;

c) Reconhecimento político efetivo da importância da juventude;

d) Definição de uma política consistente de finanças;

e) Construir a visibilidade, identidade e representação da agricultura familiar, de forma articulada com outras organizações da agricultura familiar;

f) Tornar-se efetivamente um ator político e social no processo de elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e solidário que considere a agricultura familiar como um componente estratégico;

g) Contribuir na ampliação e articulação das ações vinculadas à organização da produção, marcando presença em toda a cadeia produtiva;
h) Ser um instrumento político de potencialização do ator social da agricultura familiar na disputa de espaços na sociedade e na esquerda;

i) Enfrentar e romper com o modelo organizativo chamado Sindicalismo Oficial;

j) Superar a pulverização e a fragmentação organizativa da agricultura familiar.

1.3 Metas estratégicas que devem ser motivo da nossa organização e reivindicação permanente:

a) Lutar por uma política pública de agroecologia;

b) Garantia da aquisição dos produtos saudáveis para alimentação escolar e mercados institucionais do governo em Santa Catarina;

c) Criação de uma política de fomento e organização de quintais produtivos, promovendo assim a autonomia política, social e econômica das mulheres;

d) Criar programas para recuperação, produção, melhoramento e comercialização de sementes crioulas e varietais;

e) Criar uma política de incentivo à Produção, uso da Medicina Alternativa e Manipulação das Plantas Medicinais;

f) Criar uma política de acesso das famílias ribeirinhas para uso dos lagos das barragens para produção de peixes em tanques redes e uso da água;

1.4 Acesso ao mercado institucional estadual:

a) Avançar e ampliar a compra da alimentação escolar, visando efetivar 100% da mesma direto dos agricultores familiares, camponeses, comunidades tradicionais e pescadores e de suas organizações cooperativas, associações, agroindústrias familiares, priorizando os produtos agroecológicos na rede estadual;

b) Estruturar as escolas para receber os produtos saudáveis da Agricultura Familiar, camponesa, da pesca e comunidades tradicionais;

c) Criar Legislação Estadual de compra institucional da agricultura familiar, camponesa, pesca e comunidades tradicionais para o estado, incluindo, hospitais, presídios, penitenciárias, Creches e entidades sociais e beneficentes, Udesc escolas técnicas, e outras estruturas de governo.

1.5 Criação da política estadual de promoção, desenvolvimento e estruturação das agroindústrias familiares e produção artesanal

Propor um Projeto de Lei de ordem do Poder Executivo instituindo a política estadual de tratamento favorecido e simplificado para as agroindústria e cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, reforma agrária e pesca garantindo:

1.6 Subsídios de ICMS

Por muitos anos o estado de SC concedeu altos subsídios aos diversos setores da economia, o qual gerou diminuição da arrecadação desfavorecendo os pequenos setores da economia catarinense, e ou deixando de fora outros setores como, por exemplo, a agricultura familiar e camponesa.

Portanto propomos que o governo estadual não deva subsidiar a linha dos agrotóxicos e transgênicos, e, que no programa de troca-troca de sementes do estado não tenha sementes transgênicas.

a) Manter e conceder subsídio no ICMS dos seguintes produtos: Cesta Básica, Produtos e Insumos Agroecológicos, Produtos das Agroindústrias Familiares Artesanais e de pequeno porte.

1.7 Energia

a) Criação de uma Política Estadual de segurança das barragens no Estado;

b) Investimentos em melhorias na qualidade da energia elétrica evitando os apagões e a perda da produção e equipamentos com redução da tarifa de energia.

1.8 Criação de políticas públicas para agricultura familiar:

a) Alteração da lei estadual do cooperativismo que contempla apenas as cooperativas registradas na OCESC, incluindo a UNICAFES como representação das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, da reforma agrária e reconhecimento a outros sistemas de cooperativismo existentes;

b) Democratização do conselho estadual do cooperativismo;

1.9 Quanto ao Conselho de Desenvolvimento Rural

a) Mudar e adequara legislação agrícola que dispõe sobre a política de desenvolvimento rural no que se refere ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural garantindo a inclusão de novas entidades: Fetraf Santa Catarina, Unicafes, Epagri, Movimento das Mulheres Camponesas, Cooperativas de Crédito do Sistema Cresol, Movimento de Atingidos por Barragens, Movimentos dos Pequenos Agricultores.

1.10 Quanto a Educação do Campo

a) Implementar um currículo diferenciado de acordo com os princípios da educação do campo garantido em LEI para as escolas públicas cadastradas como escolas do campo;

b) Estruturar as escolas campo, de modo a garantir a inclusão digital, técnica, estrutura adequada física e humana;

c) Valorizar e investir na educação do campo conforme orienta a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

1.11 Quanto a Política de Habitação Rural

a) Criação de uma política estadual de habitação para agricultura familiar e camponesa;

b) Cumprir a Constituição Estadual que determina o investimento de 1% do Orçamento Estadual para a Habitação.

1.12 Valorização da juventude da agricultura familiar e camponesa para o protagonismo e fortalecimento do espaço rural

Criar programas de sensibilização da sociedade combatendo a violência de gênero, a intolerância, a discriminação e o preconceito.

a) Criação de um PAA Estadual específico para juventude ou organizações de jovens com valor de R$ 20.000,00, usando como referência a DAP Jovem;

b) Criar e implementar uma política pública de cultura, esporte e lazer (danças, ginástica, música, futebol e outros) para as crianças, adolescentes e jovens do campo;

c) Manter e fortalecer o Conselho Estadual de Juventude, promovendo a participação efetivas das diversas secretarias de governo;

2. QUAL É O CAMINHO PARA O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR?

Alimentos e Agroecologia ou Commodities e "Agronegócinho"

(Prof. Dr. Valdemar Arl[1])

2.1 Contexto

O momento evidencia crescentes incertezas econômicas, ambientais e sociais, que desafia a reflexões conjunturais, mas sobretudo estruturais. Presenciamos um momento de

[1] Educador popular – doutor em agroecologia – membro fundador da rede Ecovida de Agroecologia – colaborador autônomo junto às Organizações da Agricultura Familiar e aos Movimentos Sociais do Campo.

grande fragilização do “projeto de sociedade” (crise civilizatória), com agravamento da degradação ambiental e riscos com o aquecimento global. No campo amplia-se a concentração e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro, exercidos por grandes corporações multinacionais, formando «impérios agroalimentares», que passam a controlar a produção e o consumo, provocando grandes mudanças na agricultura e estrutura agrária no Brasil, tomando fisicamente e ideologicamente os territórios.

A agricultura familiar interage com o modelo estabelecido, ao mesmo tempo busca resistir e opor-se ao mesmo através da construção de outras formas de produção e comercialização e exercendo formas não capitalistas. Mas para aprofundar o tema é preciso inicialmente entender a diversidade deste importante segmento da sociedade brasileira, podendo definir-se como “as agriculturas familiares” e, dado à diversidade existente no campo em função das diferentes condições socioeconômicas, condições ambientais, valores, cultura, perspectivas, e para fugir da dicotomia e reducionismo conceitual sobre agricultura familiar e agricultura camponesa, adota-se a expressão agricultura familiar/camponesa.

2.2 O Modelo

O modelo conhecido como revolução verde fazia parte da proposta de desenvolvimento implantada no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, pautada no desenvolvimento urbano e industrial. O papel do campo era de fornecer mão de obra para trabalhar na indústria, produzir matéria prima para a agroindústria e comprar insumos da indústria. Isso se chamava de verticalização ou integração da produção direta ou indiretamente.

A proposta para quem ficasse no campo visava a especialização que levou às monoculturas e monocriações, na mecanização pesada e na dependência de insumos externos. O campo era visto apenas como espaço de produção. Associou-se à condição de cidadania à cidade. Grande parte das políticas públicas sociais se voltava exclusivamente para a cidade, como: habitação, saneamento básico, transporte, educação. Estar no campo foi tido como sinônimo de atraso e ignorância. O modelo da revolução verde vendeu a ideia de vantagens aparentes, mas tornou os sistemas lineares e dependentes de insumos externos. Aumentou muito os custos de produção, e proporcionou o êxodo rural. Causou também grande degradação ambiental, como a compactação dos solos, a erosão, a contaminação do meio ambiente, dos alimentos e das pessoas.

A integração também passou e ainda passa por grandes transformações, aumentando a dependência tecnológica, ampliando muito a escala de produção e reduzindo drasticamente o número de famílias integradas. A escala e estrutura necessária para a produção de algumas commodities é tão grande que não cabe numa unidade familiar de produção e vida, levando crescentemente ao arrendamento das terras, como por exemplo nos cultivos de milho e soja.

Da mesma forma em que poucas corporações dominam o campo, também no abastecimento o processo é semelhante. “A industrialização agroalimentar implicou em um

processo de substituição dos produtos agrários por produtos industriais que se traduz no desenvolvimento de alimentos fabricados que complementa o processo de apropriação industrial da agricultura já exercido através dos insumos, antes controlados e produzidos pelo agricultor". (Goodman e Redclift 1991, Friedman, 1991, in Collado et al 2009, p. 2).

A industrialização do processo de produção de alimentos marca o início do crescente distanciamento e desconexão entre a produção e o consumo, e, cada vez mais exercido por algumas grandes corporações, em circuitos cada vez mais longos e globalizados. Cabe agora à "mão invisível" do mercado o abastecimento, e que prioriza produtos que lhe dão mais lucro (as commodities) e produtos menos perecíveis, seja naturalmente ou resistência induzida quimicamente. Essas condições fazem diminuir drasticamente a qualidade biológica, a diversidade, a qualidade nutricional e os sabores dos alimentos. Um exemplo disso são o tomate "longa vida" e os melões "casca dura", ambos muito inferiores em sabor, mas de longa durabilidade na prateleira, o leite longa vida ("ou longa morte"), assim como outros alimentos altamente bombardeados e até mesmo contaminados com conservantes químicos. Vale considerar que, segundo dados da Anvisa, em torno de 30% dos alimentos já chegam do campo contaminados por agrotóxicos.

No modelo agroindustrial das grandes corporações, além dos aspectos acima descritos, o abastecimento leva "passeio" dos alimentos nas cadeias longas representa custos de transporte e eleva as perdas. Outro aspecto a considerar, é que as grandes corporações não mantêm armazéns estratégicos, onde o armazenamento se vincula apenas à perspectiva de oscilação de preços na safra e a entre safra, para obtenção de maiores lucros, e não para a garantia de suprimento alimentar e muito menos para a sustentação de preços justos, mas sim, impulsionada e impulsionadora da lei da oferta e da procura, buscando lucros ilimitados. A desconexão e distanciamento entre a produção e o consumo desestruturou dietas locais/regionais e acabou o consumo de produtos da época, ambos aspectos culturais e históricos nas dietas dos povos.

Na década de 1990, dado às grandes contradições do modelo e seus efeitos perversos, e sob pressão do Movimento da Agricultura Familiar/camponesa construiu-se uma nova proposta, embora de base compensatória, mas criava algumas condições importantes para sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar mesmo dentro paradigma do Capitalismo Agrário. Esta proposta visava a adequação ao novo contexto de integração capitalista, e sustentava que as dificuldades são conjunturais e sua superação pode acontecer. Operacionalmente o Estado posicionou-se como regulador e mediador, e dispôs de um grande aporte de políticas públicas exclusivas e direcionadas para Agricultura Familiar. Porém, entende-se que a dificuldade atual da agricultura familiar camponesa é um problema estrutural e que a questão agrária é bem mais complexa. Além de que, tanto a mão forte do Estado, assim como, o aporte de políticas públicas tendem a se fragilizar.

Portanto, é necessária a afirmação de uma nova proposta para o desenvolvimento da Agricultura Familiar/camponesa. Para isso a aproximação e interação entre a produção e consumo são tema é do interesse da população do campo e da cidade e se relaciona com o modelo de produção agropecuária, com a agroindústria, com a indústria, com o tipo de infraestrutura, com o sistema de distribuição e de consumo. Trata-se de rediscutir os objetivos da produção – tipos de produção – base tecnológica – relações no processo de

produção – e, as relações entre a produção e consumo, através da reconstrução social dos mercados. Pois, a relação entre produção e consumo de alimentos não pode ser simplesmente alicerçada na perspectiva mercadológica privada com objetivo do lucro, e sim, envolver outras dimensões não capitalistas, como: preço justo, saúde, valorização cultural, respeito ao meio ambiente e ao próximo.

2.3 A agroecologia como forma de resistência

Uma das formas de resistência é a agroecologia que, na sua trajetória histórica, desafia a construir uma nova proposta para o campo em contraposição ao modelo agroquímico/ industrial. Incorpora a dimensão sistêmica e holística traduzidas por Sevilla Guzmán e Ottmann (2004) como ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural; e sociopolítica. Mas sobretudo, desafia à superação das relações negativas, para o estabelecimento de interações positivas no meio ambiente e entre as pessoas na sociedade.

O processo de construção da transição agroecológica tem preocupado desde há muito tempo agricultores e técnicos, acerca do melhor caminho, das práticas, técnicas e estratégias mais adequadas a serem adotadas. Frequentemente tem sido questionada em especial sobre a produtividade física dos cultivos e a massividade do processo junto aos agricultores, e têm sido levantadas dúvidas quanto à capacidade desse novo modelo produtivo e tecnológico alimentar a população mundial.

Os questionamentos ao modelo tecnológico da Revolução Verde começam a surgir nos anos 1960 inicialmente com vozes isoladas se manifestando no cenário internacional (CARSON, 1962). No Brasil um movimento de resistência começa a se fortalecer ao final dos anos 1970, com a campanha pela criação da Lei dos Agrotóxicos e no que se irá constituir como o movimento pela Agricultura Alternativa, que nos anos 1980 realiza 4 encontros nacionais multitudinários (EBAAS), gerando uma força social e tecnológica importante, ainda que embrionária, pela agroecologia (LUZZI, 2008).

Os anos 1990 e início de 2000 se caracterizam pela consolidação do movimento Agroecológico, tendo nisso influência das obras de Miguel Altieri e Stephen Gliessmann, que contribuíram para a difusão de uma perspectiva científica de enfrentamento ao modelo cartesiano da Revolução Verde, ainda dominante nas escolas de Agronomia. No Brasil, essa tendência ganha força com a criação de Redes Regionais (Ecovida e outras), entidades nacionais como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, com perfil de movimento social) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, de caráter mais científico), e da assunção pelos governos progressistas, de políticas de estímulo à agroecologia - ainda que absolutamente marginais frente ao volume de recursos e prioridade dadas ao agronegócio capitalista.

A agroecologia no Brasil avançou muito desde o início do Movimento pela Agricultura Alternativa da década de 1980, tanto nas iniciativas de produção e organização, na construção do conhecimento envolvendo crescentemente a academia, e também ganhou espaço nas políticas públicas. Contudo, ainda segue avançando? Há uma massificação crescente das experiências? As metodologias e estratégias estão

suficientemente adequadas ao momento? Quais são os limites e as contradições que entravam seu desenvolvimento?

As discussões e construções metodológicas e estratégicas para transição agroecológica somam inúmeras experiências e elaborações em grande diversidade de situações. É difícil fazer uma análise crítica que alcance essa amplitude de condições. Vale considerar também que milhares de famílias camponesas ainda praticam uma agricultura independente e integrada ao meio ambiente, que se enquadram numa condição tradicional, bastante próxima de uma possibilidade agroecológica, como base da sua "condição camponesa" (PLOEG, 2008).

2.4 Alguns aspectos para uma nova proposta para o campo

Um dos aspectos mais recentes e relevantes que emerge com a institucionalização da agroecologia é o seu crescente enquadramento no "paradigma do capitalismo agrário", num ajuste conjuntural às tensões do mercado, no exercício da "certificação orgânica" e até mesmo na execução de políticas públicas quando descoladas da formação e organização popular. É o que se convenciona resumir como o embate orgânico x agroecológico. Evidenciam-se tensões e contradições entre o "econegócio" (selos verdes, nicho de mercado, sobrepreço, …), a perspectiva científica (campo de confluência de conhecimentos científicos) e a condição de movimento popular transformador. A superação do paradigma do capitalismo agrário depende de transformações estruturais (meios de produção, regras, normas, etc.) pois meros ajustes conjunturais e compensações não criam condições capazes de transformar a realidade com a profundidade e radicalidade exigidas.

Outro aspecto importante a considerar nos processos de transição agroecológica é a diversidade de compreensões políticas, de condições estruturais e financeiras e até mesmo diversidade de aspectos culturais existentes no campo da agricultura familiar/camponesa que desafiam e impõem diferentes tempos e condições em um possível processo mais massivo de transição. Portanto a proposta que acentua as dicotomias (ou se é agroecológico ou é convencional) e as definições temporais previamente estabelecidas não se aplicam de forma imperativa. Até mesmo a necessária ruptura político-ideológica se dá em diferentes níveis e diferentes tempos, pois as pessoas foram submetidas a diversos processos históricos e são articuladas ou estão relacionadas a sujeitos sociais distintos, muitas vezes com posições contraditórias e até mesmo em campos opostos na disputa ideológica (ainda que não necessariamente na estrutura de classes sociais).

2.5 Conclusões e recomendações de pesquisa/desenvolvimento

A agroecologia atualmente se encontra em uma encruzilhada. Está cada vez mais enquadrada pelo agronegócio, sem espaço, sem saída aparente. Constata-se uma evolução constante da produção orgânica (como mercadorias de nicho, porém sem entrar em contradição e enfrentamento com o modelo, antes ao contrário). Isso se dá em certa medida pelo direcionamento de massas crescentes de capitais (ainda que pequenas num primeiro momento) que já conseguem organizar a produção e inserção em mercados,

especialmente os de cadeias longas de comercialização. A constatação não é unânime, mas o ponto é o como se alimenta e se reacende o movimento político da agroecologia?

Apesar dos acúmulos históricos na construção científica, estratégica e metodológica da agroecologia, em função da condição do exercício dialético na materialidade dos diferentes tempos/espaços, no momento, diante de "novo ciclo" do capitalismo mundial, somos desafiados a sustentação e resistência estratégica da proposta, mas sobretudo desafiados a uma reelaboração estratégica e requalificação e/ou criação de novos instrumentos e ferramentas, pois as perguntas chaves seguem nos desafiando:

a) Como desenvolver a transição massiva de agricultores para a agroecologia?

b) Como responder aos desafios da produtividade dos cultivos em transição?

c) Como articular processos de construção coletiva, assegurando concomitantemente os aspectos popular e científico, cartesiano e dialético, do conhecimento, como momentos de uma práxis coletiva?

d) Como articular, mas também superar, a aplicação da ciência cartesiana ao processo de construção da transição agroecológica? Totalidade x Holismo?

e) Como reagir diante do novo momento de ofensiva do capital na América Latina e no Brasil, em especial frente à apropriação dos bens da natureza (e também da produção orgânica)? quais estratégias adotar? o atual momento das nossas organizações dá conta? quais são as novas ferramentas necessárias?

f) Queremos só resistir e sobreviver, ou queremos construir um novo modo de produção? Como repensar a apropriação e uso dos meios de produção, desenvolver forças produtivas adequadas e sustentáveis, e estabelecer novas relações sociais?

Diante dessas inquietações quanto à efetividade na transição agroecológica, e dado o contexto recente no país, muitos militantes e educadores populares se desafiam a revisitar a história da construção da agroecologia, com a perspectiva da qualificação/ refundação teórica alicerçada em reflexões baseadas no método do Materialismo Dialético Histórico.

- **EIXO 3 - ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SINDICALISMO DO SISTEMA FETRAF**

1. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1.1 Novo Sindicalismo: uma bela história construída

O processo de construção do Novo Sindicalismo na Agricultura Familiar tem início no final da década de 1970, ambiente de forte crise na dinâmica de desenvolvimento da

agricultura (êxodo rural, endividamento, baixos preços dos produtos, além de outros problemas econômicos e sociais), de avanço redemocratização do país e de forte presença das ações da Igreja progressista e a Teologia da Libertação, especialmente através da Comissão Pastoral da Terra, da Pastoral Rural, da Pastoral da Juventude e das Comunidades Eclesiais de Base.

Com a ousadia de pensar uma nova sociedade, contribuímos na organização e na articulação do conjunto da classe trabalhadora, participando efetivamente da construção e do fortalecimento da Central Única do Trabalhadores – CUT.

Tão logo a renovação sindical foi ganhando corpo, propiciou imediata construção de um processo de articulação sindical na região Sul. E então, já no final dos anos 80 constituiu-se a Articulação Sindical Sul, o Fórum Sul dos Rurais da CUT, os Departamentos Estaduais dos Rurais da CUT que em Santa Catarina culminou com a constituição da FETRAFESC como sendo a primeira Federação da Agricultura Familiar em nível nacional e a FETRAF-SUL/CUT.

Portanto, é importante reafirmar e reforçar que a organização sindical tem papel e importância estratégica na disputa de projetos colocados na sociedade. A agricultura familiar para se transformar num ator social de construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, em oposição ao atual modelo hegemônico que sustenta o agronegócio, necessita de uma organização sindical, como ator de representação e de ação política, que dê conta de considerar e articular o conjunto das dimensões política, social, econômica, territorial, ambiental, cultural, gênero e geração.

Um sindicalismo com base nos princípios da liberdade e da autonomia sindical, pelos quais se garanta que a sociedade e o Estado aceitem que os trabalhadores tenham plena liberdade de definir como querem se organizar e a plena autonomia na elaboração de suas estratégias e na condução de suas ações, contra qualquer dependência em relação ao Estado, aos partidos políticos e às instituições religiosas. Nesse sentido, para a FETRAF, a continuidade da luta pelo reconhecimento da organização sindical específica da agricultura familiar é um primeiro pressuposto para a garantia desse princípio:

a) Um sindicalismo de caráter classista, disposto a enfrentar os interesses e o projeto político do capital agroindustrial, agrário e financeiro, defendendo os interesses da agricultura familiar; um sindicalismo de massas, através de um esforço para articular, organizar e mobilizar o conjunto dos trabalhadores, considerando as suas diversidades e especificidades regionais, econômicas, sociais, étnico-culturais e de processos históricos;

b) Um sindicalismo combativo e de lutas, disposto a não se acomodar diante das adversidades e lógicas de exploração a que está submetida a agricultura familiar, na defesa de seus interesses e direitos;

c) Um sindicalismo democrático, que garanta o pluralismo, o debate, as tomadas de decisões coletivas e a ampla participação dos agricultores e agricultoras, sem exclusões decorrentes de questões econômicas, étnico-raciais, religiosas, partidárias,

e com igualdade de oportunidades, especialmente, às relacionadas à gênero e à geração;

d) Um sindicalismo propositivo, com capacidade de elaboração, de proposição, de diálogo e negociação e de implementação de propostas e de políticas.

De forma propositiva, nos desafiamos a implementar importantes projetos e programas de formação que se transformaram em símbolos no fortalecimento da agricultura familiar impactando no avanço de várias políticas públicas. Dentre eles, cabe destaque: 'Projeto Terra Solidária'; 'Programa Caprichando a Morada'; 'Projeto Mulher'; 'Letras e Lutas' para juventude, entre tantos que marcaram o processo histórico de organização e fortalecimento de nossa federação.

1.2 Ações Estratégicas para Avançar no Fortalecimento deste Novo Sindicalismo

Considerando o conjunto desses princípios e a missão estratégica de "contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário", inúmeros desafios estão colocados ao sistema FETRAF-SC/CUT, para os quais o Congresso tem a tarefa de apontar caminhos.

Reafirmamos a missão estratégica da FETRAF-SC/CUT, aprovada desde a sua fundação, que é de "contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário", articulando três grandes dimensões a serem desempenhadas pela organização sindical da agricultura familiar:

I. A função de representação política do conjunto da agricultura familiar, seja na relação com o Estado, no que se refere a avanços nas políticas públicas, seja no que se refere às relações e ao enfrentamento ao modelo econômico capitalista exploratório, que de modo diverso descaracterizou a cultura de relação social campo, tirou de agricultores e agricultoras a peculiaridade de ser dono de sua força de trabalho, seu tempo, seu espaço, o colocando como mera engrenagem da produção de commodities para balança comercial;

II. Que a Federação tenha o papel de condutora de processos que levem à implementação propositiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, especialmente na organização socioeconômica da agricultura familiar;

III. A função de prestação de serviços demandados pelos agricultores e agricultoras familiares.

1.3 Do ponto de vista organizativo, são prioridades da FETRAF-SC/CUT para o próximo período:

a) Continuar na construção de espaços de articulação com as demais organizações da agricultura familiar, particularmente aquelas de cooperação solidária;

b) Fortalecer o Fórum de Entidades da Agricultura Familiar e Camponesa de Santa Catarina e Frente Brasil Popular (FBP);

c) Contemplar a participação em espaços de direção ampliada da FETRAF das entidades de nosso campo estratégico de debates e proposições;

d) Referenciar e fortalecer a transversalidade pertencente a Fetraf Santa Catarina hoje, avançando na relação campo e cidade. No diálogo ponte com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Casas Familiares, IFS, UFSC, Conselhos, Consea, Universidades Comunitárias nas diferentes regiões do Estado, nos espaços do debate político e de representatividade ocupado hoje pela federação;

e) Contribuir no fortalecimento e avanço do sistema FETRAF em nível nacional;

f) Avançar na organicidade da FETRAF-SC/CUT, através da organização microrregional, de um processo articulado de planejamento e da regionalização dos sindicatos como estratégia política e de sobrevivência do sindicato na região.

Estas metas implicam avançar na implementação das seguintes questões: a) na construção efetiva das instâncias microrregionais; b) na implantação de um processo de planejamento participativo e articulado; c) na ampliação da regionalização dos sindicatos; d) na afirmação do sistema de gestão.

As microrregionais da FETRAF-SC/CUT são instâncias orgânicas, que reúnem os sindicatos filiados na respectiva área de abrangência, com a função de unificar a política e a ação sindical, de implementar as políticas da Federação na microrregião. Possuem, ainda, a função de conduzir o processo de expansão da Federação para outros municípios, bem como a regionalização dos Sindicatos, com a lógica organizativa da territorialidade.

1.4 Implantar processos articulados de Organização de Base

O mutirão de Organização de Base da Agricultura Familiar, como um processo intensivo e articulado de trabalho de base é uma ação estratégica da Federação e deverá ser realizada anualmente, tendo como atividades centrais às visitas nas famílias, reuniões nas comunidades, grupos de famílias. Atividades pluriativas de participação, integração, transversalidade entre sujeitos como os desenvolvidos com jovens e mulheres na experiência da trilha ecológica e grupos mulheres no horto de ervas medicinais realizados na base do Sindicato de Coronel Freitas.

1.5 Fortalecer a Organização Sindical de Base

A construção de um Sistema FETRAF forte e consolidado depende, necessariamente, da existência de Sindicatos fortes e consolidados. Um sindicato forte é aquele que: a) tem uma direção coletiva e com capacidade de intervenção política efetiva no espaço local e em outros espaços mais gerais; b) possui um alto índice de sindicalização; c) possui coletivos que debatem e planejam questões específicas, especialmente na

organização socioeconômica, de mulheres, da juventude e de formação; d) tem políticas e ações para todos os públicos da agricultura familiar; e) possui um sistema de gestão político-financeira capaz de sustentar a estrutura e as ações.

1.6 Implementação de um programa ousado e articulado de formação.

A formação continuada é um elemento vital para se avançar na organização sindical. Se ela não é a solução para todos os problemas, ela pode potencializar qualidade nas ações e nos processos. Porque, por um lado, contribui na elaboração e afirmação do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Por outro, dá suportes teóricos, técnicos, metodológicos para a implementação dos eixos de ação do planejamento estratégico.

Por fim, a construção de um protagonismo político da agricultura familiar, somente será possível com a existência de organizações de representação política fortalecidas e articuladas, de organizações econômicas sólidas e coerentes, de entidades de apoio político e técnico comprometidas, de setores dos governos comprometidos e sensíveis e, de fortes alianças no conjunto da sociedade.

A FETRAF-SC/CUT quer assumir este compromisso e contribuir para o fortalecimento do protagonismo político da agricultura familiar no enfrentamento ao projeto do agronegócio e na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, com base na sustentabilidade e na solidariedade.

2. FORMAÇÃO FETRAF-SC/CUT

2.1 Germinar, crescer, florir e multiplicar

Todo o processo de formação, sobretudo daquele do nosso campo político que busca transformar a realidade a partir do mundo e da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, está eminentemente ligada a estratégia de organização, ou seja, a formação não é tão somente uma ação em sim mesma.

Organizações fortes, representativas e organizadas na base se constituem fundamentalmente através de uma política de formação e uma ação estratégica, tornando assim, formação e organização pilares estruturantes para sua consolidação.

Quando damos passos no sentido de fortalecimento e no investimento em formação política sindical e profissional, estamos sem dúvida, consolidando os alicerces da organização da agricultura familiar.

É sabido que estamos vivemos um período de transformação muito rápida, seja no campo e na cidade. O que muitos chamam de 4ª Revolução Industrial, Revolução 4.0, Digitalização... nós podemos chamar de revolução tecnologia no campo. Independentemente da nomenclatura dada sabemos e sofremos os efeitos disso no cotidiano das nossas vidas e do nosso trabalho.

Como se isso tudo já não bastasse para que a formação nos propiciasse oportunidades de reflexão e debate, ainda estamos sob forte ataque à democracia e diante de um profundo e grave ataque aos direitos da classe trabalhadoras da qual nós da agricultura familiar fazemos.

É neste contexto e neste cenário que ao invés de retroceder e recuar, devemos agir e esse enfrentamento passa fundamentalmente pelo fortalecimento da nossa organização e da formação. Peças chave tanto na resistência como na transformação.

A FETRAF-SC é uma das referências e faz parte do conjunto da classe trabalhadora que estão na resistência e na construção de lutas, portanto, para isso se faz estratégico e necessário articular a nossa formação com parceiros e aliados do campo democrático e popular que comungam conosco da visão do projeto político da agricultura familiar.

Um processo de formação de homens e mulheres, em todas as suas diversidades, onde simbolicamente preparamos a terra e semeamos para crescer e com a nossa organização garantir as flores, os frutos e novas sementes para que gerações futuras continuem a fortalecer a nossa luta. Diante disso, propomos:

a) Dar continuidade aos processos com o Formação de Formadores – FF, assim como, cursos de Formação de Dirigentes – FD;

b) Organizar cursos de formação para lideranças das organizações da agricultura familiar e sindical nas Micro Sindicais. Possibilitando maior alcance do trabalho, integração entre os trabalhadores, dirigentes e a possibilidade de renovação nas entidades;

c) Organizar formação especifica para funcionários e funcionárias dos sindicatos nas regionais;

d) Promover fundamentalmente a formação de base com associados e potenciais novos sócios para as entidades sindicais através da articulação de campanhas de sindicalização;

e) Desenvolver processo de formação também através de mecanismos digitais já que hoje tem uma série de plataformas gratuitas que possibilitam isso;

f) Articular a formação da FETRAF-SC na concepção da educação integral considerando os aspectos técnicos políticos pedagógicos e humanos;

g) Garantir a identidade da agricultura familiar e a mística como base da construção pedagógica;

h) Investir na formação especifica da juventude (geração) e das mulheres;

i) Constituir o coletivo de formação da agricultura familiar;

j) Participar ativamente da rede de formação da CUT;

k) Considerar a Escola Sul como apoio da Rede de Formação da CUT e da FETRAF-SC;

l) Formação ambiental e técnica.

3. COMUNICAÇÃO: importância da informação para as Entidades da Agricultura Familiar

Historicamente, se ouve analises que o Capitalismo se utiliza muito bem dos meios de comunicação para condicionar às necessidades da população numa lógica consumista e individualista. O que estamos acompanhando nesse último período o papel e o poder da comunicação vai para muito além de servir a interesses consumistas.

O que se vive hoje é uma guerra de comunicação, uma disputa de narrativas que noveliza o noticiário para incidir sobre a opinião pública principalmente sobre a concepção de sociedade. Se criminaliza um lado e se absolve outro.

Diante deste cenário, precisamos entender que o Poder da grande mídia assumiu um lado e não é o lado do trabalhador, por isso desmoraliza as mobilizações dos trabalhadores, não mostra as pautas com o olhar que interessa os trabalhadores. Um exemplo muito claro é a campanha da ACAERT em defesa da Reforma da Previdência, chegando na casa de milhões de trabalhadores a informação que a Reforma é boa para eles, quando na verdade é a maior retirada de direitos ocorrida em nosso país.

Mais recentemente, uma novidade na comunicação – a internet e as redes sociais trouxeram a sensação de maior democratização dos meios de comunicação, já que a partir do acesso, qualquer um pode usa-la e alcançar os outros. A questão é até nisso existem dominação e os algoritmos fazem com que o alcance de quem tem menos dinheiro não seja tão eficiente assim e mais uma vez o capital se apropria desse meio de comunicação para alcançar as massas com um problema acentuado, o uso das ‘Fake News’ passaram ser amplamente utilizadas e nessa seara correr atrás do prejuízo se tornou bem mais difícil.

A Fetraf, dentro das suas possibilidades enfrentou a dificuldade da comunicação com o que teve alcance: página atualizada no facebook, e-mails, intervenção em rádios sempre que possível. Destaca-se a produção de um áudio semanal para ser utilizado nos programas dos sindicatos e o fato de ainda ser a Fetraf referência da mídia local para diversos assuntos relacionados a Agricultura Familiar.

Para tanto, olhando o próximo período precisamos apresentar proposições que possam atender os desafios do momento que vivemos. Este congresso é momento para aprofundarmos os debates e apresentarmos as proposições que darão linhas de nossa secretaria de comunicação.

"Não existe discurso de ódio. Existe o discurso da luta de classes. De um lado, a voz da elite que sempre foi dominante; do outro, o silêncio da maioria explorada"
(jornalista e ex-presidente da EBC , Ricardo Melo)

4. JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR: RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO

(Prof. Neuri A. Alves)

Os tempos são outros, mas os desafios é problemas colocado a juventude se repetem, ou se aprofundam ante uma realidade que exigem compreensão. Assessorando atividades ou mesmo, em oportunos diálogos com a juventude costumo semear entusiasmos, mas acima de tudo distribuir pacotes 'anti sono' (o que são estes?) – São provocações para tirar o sono de quem precisa olhar o horizonte. E quando falo em horizonte falo dos jovens, a quem, com quem e para quem tenho dirigido muitas provocações.

É imperioso, inadiável pautar permanentemente o debate com esta 'categoria social' chamada juventude. Embora às questões inevitáveis de por onde ou como começar sejam algo que provoque medo, insegurança e uma inevitavelmente dose de incertezas, é fundamental brindarmos com isso uma dose de ternura, resiliência e responsabilidade – é preciso falar. E falar aos jovens da Agricultura Familiar hoje é dizer que a felicidade não depende só dos acertos que fazemos na vida, mas na capacidade de experimentar os desafios que nos foram dados como soldo diário, em concretudes satisfatórias ou insatisfações que impulsionam passos seguintes - como caminho para a realização de nossos sonhos. E sonhar não é pouco, é riqueza dos que fazem da pequena possibilidade o resultado da grande ousadia, fazendo da temeridade degraus para alcançar objetivos bem delineados. Este desafio não é uma peculiaridade aos jovens do campo ou tão somente da cidade, é próprio da juventude. Como posso vislumbrar a vida no campo sendo a grande oportunidade de minha existência? – Extraindo desta, realizações traçadas com objetividade, visão de horizontes e sem falsas ilusões.

Não cabe mais tão somente aos pais, seja ele agricultor familiar ou operário dizer aos seus filhos para que estudem pensando numa espécie de futuro 'mamão com açúcar', livre das grandes dificuldades e sofrimentos por eles já enfrentados. Pois, este sair para estudar, embora fundamental, importante na formação e acúmulos dos sujeitos, não é mais garantia de melhores condições ou a salvação dos desafios e experiências de sofrimentos vivenciadas pelos próprios pais. – Os tempos são outros, exigindo olhar com amplitude, o que hoje se chama de glocalização (o global sem esquecer o local). Pensar para além do que já conhecemos sem esquecer onde morarmos, vivemos e o que queremos. Pois, no ampliar de horizontes, pode não mais morar as esperanças concretas de realizações e garantias de outrora, enquanto na experiência local, (vida no campo) pode estar a oportunidade de garantias e realizações que outrora se apontava para a saída - a exemplo: a vida na cidade.

A juventude rural na pequena propriedade precisa fazer uma nova revolução, não aos moldes da 'Revolução Verde', mas 'Revitalizar o Espaço e a Vida no campo' e isto não se dá pelo viés tecnológico do grande agronegócio. Será sim, pela reconquista da liberdade, do espaço no rural, do tempo que lhes foi expropriado, de um reocupar/reconquistar a propriedade, pela capacidade de gestão diferenciada e agregar justo valor as horas

trabalhadas. Se dará pelo rompimento dominante das falácias que cerca a simbiose produção/lucro, que contaminam e contagiam a vida no campo gerando exclusões pouco percebidas – como a despedida dos jovens para o futuro incerto na vida urbana. Para que isso aconteça, também é necessário que às mesmas sejas ouvida, que apresente suas percepções, transversalize suas proposições, e este documento do nosso congresso é instrumento oportuno para que assim seja feito.

4.1 Proposições da Juventude Fetrafiana Catarinense

Queremos ser vistos como sujeito social e não problema social. A juventude da agricultura familiar não pode estar associada à ideia da insociabilidade, da revolta, do descontentamento. Precisamos construir uma identidade da juventude da agricultura ligada à realidade do campo e com significativas diferenças locais e regionais, resgatando os valores culturais.

Queremos protagonizar junto a Fetraf Santa Catarina mediações nas propriedades onde jovens manifestem interesse de permanecer no campo, minimizando conflitos de geração e ampliando o diálogo ponte com os pais através de cursos, momento de prosa, assistência técnica. Pois, além de buscar compreender a cultura de nossos pais, também manifestar nossos sonhos, relacionando idade, maturidade e projetos concretos para permanência na agricultura familiar.

Queremos a reafirmação de princípios que desde a criação da Fetraf, são referenciais que nos conduziram como processo de luta enquanto movimento, entidades da agricultura familiar, sujeitos sociais e históricos. Tendo a necessidade de construir condições para que os jovens possam permanecer no campo, vivendo com dignidade como plataforma e projeto de uma agricultura familiar com gente. Isso se traduziu em processos de lutas, visando à conquista das políticas públicas específicas. Junto a isso o debate em torno da necessidade da ampliação dos espaços de participação dos jovens nas organizações da agricultura familiar.

Queremos uma entidade presente na caminhada da (e com a) juventude em suas diferentes formas de manifestação cultural, expressas através da mística, da música e do teatro. Parceira na elaboração e proposição de encontros regionais da Juventude Rural, assim como os Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar parte manifesta da expressão mais pública de toda essa estratégia.

Para que a juventude siga representando a continuidade da agricultura familiar e fortalecendo a organização e renovação sindical, isso implica, necessariamente, na construção de programas de formação/capacitação para que se construam como agricultores (as) familiares conscientes de seu papel na propriedade. Para além disso, afirmem como sujeitos sociais na lideranças e direções sindicais. Porém, isso também implica na construção de processos e mecanismos que potencializem o despertar e desejo de ir para a luta, realimentando aquilo que nos move e comove, retomando a autoestima da juventude da agricultura familiar.

Diante de tudo isso, a ferramenta estratégica na perspectiva da participação política dos jovens é a constituição e o fortalecimento do Coletivo de Juventude em todas as

instâncias da FETRAF-SC/CUT (nas regionais e nos sindicatos). Os Coletivos de Jovens são o espaço privilegiado para a juventude da agricultura familiar se construir e se relacionar com outras pessoas que pensam de forma semelhante, que estão vivendo as mesmas angústias, como o lugar onde são partilhados os sonhos e os anseios.

Além disso, os coletivos são instrumentos fundamentais para o avanço da juventude na organização sindical, encaminhamento das demandas cotidianas e para a elaboração de novos projetos específicos. Além dos Coletivos, a juventude da agricultura familiar precisa avançar, também, na organização de grupos de jovens na base.

Temos a compreensão que a juventude da agricultura familiar, para além das discussões e das mobilizações em torno de suas agendas específicas, precisa estar inserida e contribuir nos debates mais gerais da agricultura familiar e na luta pela construção de um novo projeto de desenvolvimento para o nosso país. Estamos cientes que a luta para a permanência do jovem no campo é árdua e difícil e somente teremos êxito se ela for consubstanciada pela estratégia de:

a) disputar políticas públicas que viabilizem social e economicamente a agricultura familiar, para que de maneira global, transversal e integral possam fortalecer a implementação de iniciativas que construam avanços no nosso projeto de desenvolvimento;

b) avançar nos processos de organização socioeconômica, ampliando as formas de geração de trabalho e de renda nas atividades agrícolas e não agrícolas, e redimensionando o papel da juventude na gestão das unidades de produção;

c) implementar políticas de cultura, de educação e de lazer para o bem viver do jovem da agricultura familiar, possibilitando novas formas de integração social para promover qualidade de vida de maneira integral da população que vive no meio rural.

Porém, temos claro que essa estratégia exige elevado teor organizativo com o devido funcionamento dos coletivos nos diversos espaços, além da integração efetiva das políticas da juventude na estratégia geral da FETRAF-SC/CUT.

4.2 Política Sindical

a) Possibilitar que a juventude possa desenvolver atividade de identificação, contato e motivação para os jovens participarem das organizações;

b) Realizar seminário para debater a juventude sobre questões como a sucessão nas propriedades, assim como composição nas direções dos Sindicatos;

c) Onde possui algum alinhamento ideológico partidário os jovens possam participar das discussões sobre projeto de governo aos municípios;

d) Estreitar relações com as ‘Casas Familiares’ em Santa Catarina.

4.3 Alternativas de Produção

a) Respeito as diversidades que temos no estado nas diferentes regiões e os modelos de produção existentes. Apresentar outras propostas de produção alternativa que possibilidade renda, permanência nas propriedades;

b) Fortalecer a busca por políticas de crédito, habitação, acesso a terra, para a juventude;

c) Fortalecer a luta em defesa da Previdência Pública e o direito ao Jovem Agricultor acessar o benefício como Segurado Especial.

4.4 Formação

a) Elaboração e apresentação de dois cursos durante a próxima direção da Fetraf. Sendo 8 grupos com turma de 10 à 15 participantes, no formato de 10 Módulos. – Temas: Geração de renda – fazendo a relação teoria e prática;

b) Também que possam haver processos de formação realização através de plataformas digitais, atendendo hoje um público jovem com ampla acesso as tais ferramentas virtuais;

c) Cursos desenvolvidos em parcerias com instituições públicas federal para certificação e assessoria em processos formativos.

5. MULHERES: Contribuição para o Debate sobre o tema de Mulheres Gênero e Geração

As relações humanas constituem-se e se alimentam de uma complexa e viva luta. Assim como, nas relações sociais e historicamente constituídas, a luta das mulheres é também componente do jogo e da disputa por espaços, tempos e vozes que afirmem e reafirmem seus direitos. A luta das mulheres agricultoras familiares compõe esse universo da luta feminina, posto que essas são sujeitos da organização familiar, da educação dos filhos, da realização dos trabalhos domésticos, da produção de alimentos, da geração de renda, bem como de tantas outras tarefas e atividades que constituem o cotidiano das famílias.

A produção de alimentos para sobrevivência, o embelezamento da casa e de seus arredores, o cuidado com as plantas medicinais, com o pomar, a horta, a produção de leite que geralmente compõem esse cotidiano das mulheres agricultoras familiares. Contudo, além da construção desse cotidiano, há ainda mulheres que tomam para si, como seus atos

responsáveis, a intensificação da luta por seus direitos, de sujeitos e de cidadãs, como as lideranças sindicais, políticas, comunitárias. Há mulheres, que além de todas as funções cotidianas, ainda deixam suas casas, sua família e vão compor a luta por uma sociedade diversa, com mais igualdade para todos. São exemplos dessa luta a conquista do direito à aposentadoria por idade, acesso à licença maternidade, que proporcionou à mãe e à criança melhorias nas condições nos primeiros anos de vida do bebê, pelo ressarcimento financeiro durante o período em que a mulher necessita se afastar das atividades que contribuem para a geração de renda da família.

As relações de gênero entre homem e mulher perpassam por diversos aspectos, desde a divisão de funções, seja no meio agrícola, até respectivas desigualdades de salários e descriminações em determinados espaços sociais.

É através das relações de gênero que no decorrer dos anos as mulheres vêm construindo seu empoderamento.

No contexto de lutas pela presença da mulher no espaço social, é importante que se pense também o processo histórico da organização das mulheres trabalhadoras rurais. Inicialmente, destaca-se a postura da mulher diante do trabalho na agricultura familiar, voltado ao trabalho afetivo, em família e sob divisões de funções. Uma das funções a cargo da mulher é a educação e cuidado com os filhos e com a casa. Nesse convívio, estabelece-se a reprodução das funções exercidas pelos pais, que repassam aos filhos um exemplo a ser seguido. De modo que os meninos seguem o trabalho braçal exercido pelo pai, e as meninas, os trabalhos domésticos exercidos pela mãe. Parece natural a divisão sexual do trabalho, pois a construção social reforça essas funções. Contudo, a mulher do campo é submetida a situações de inferioridade quando realiza determinadas funções tidas como masculinas e isso é visto como uma “ajuda” não como um “trabalho”.

A invisibilidade desse trabalho reflete composição da renda e na ausência por direitos, já que o papel da mulher não é tido como parte significativa de todos esses processos.

O empoderamento dessas mulheres agricultoras familiares passa também por processos formativos por meio dos quais elas se reconhecem como sujeitos de sua própria história. Desse modo, a Fetraf-SC/CUT é instigada a construir processos formativos que, por meio da prática educativo-crítica, propiciem condições às mulheres agricultoras familiares em relações e interações diversas, condições em assumir papel ativo e respondente, criador, realizador, transformador, enquanto seres sociais e históricos, como nos lembra Paulo Freire.

Lutas históricas contra o processo de desigualdade entre homens e mulheres se trava em nossa sociedade e as discussões acerca desta desigualdade sociais, começam a ser cada vez mais presentes em nosso meio. O avanço nas relações de gênero na dinâmica organizativa da FETRAF-SC/CUT ao mesmo tempo que de certa forma garantiu mecanismos democráticos que assegurem oportunidades igualitárias de participação de homens e de mulheres, nos espaços político-organizativos, por outro lado, existe a

necessidade de reestruturação e consolidação de Coletivos de Mulheres em todas as instâncias.

A estruturação do coletivo de mulheres da FETRAF-SC/CUT, bem como, os coletivos nos sindicatos são espaços estratégicos, para além de estimular a organização e a formação sindical das mulheres agricultoras familiares, precisam contribuir no processo de implementação do projeto sindical e de desenvolvimento da agricultura familiar.

Às questões de gênero e de geração, para além de suas pautas e de planejamentos específicos, precisam ser compreendidos como temas transversais, ou seja, devem permear o conjunto das ações a serem desempenhadas pela FETRAF-SC/CUT no seu planejamento global. Essa concepção, em hipótese alguma, diminuiu a importância da constituição dos coletivos setoriais.

Compreendemos que a estruturação e consolidação do Coletivo de Mulheres da FETRAF-SC/CUT passa pela estratégia de formar grupos de mulheres nas comunidades, organizar os coletivos de mulheres nos sindicatos/associações sindicais e nas microrregiões e constituir um grupo dirigente nível de estado com capacidade de liderar e de dirigir processos.

Os temas e ações prioritárias a serem desenvolvidas pelo Coletivo de Mulheres da Agricultura Familiar são:

a) Organizar os coletivos locais, regionais fortalecendo o Coletivo Estadual;

b) Promover processos formativos, instigando e preparando as mulheres a assumir espaços de decisões as entidades;

c) Fazer trocas de experiências através de conversas com as mulheres em todos sindicatos;

d) Organizar atividades pluriativas com mulheres e jovens com outras entidades, como cooperativas ou experiências urbanas para animar a participação das mulheres nos espaços organizativos;

e) Intervenção na estratégia socioeconômica, com prioridade na produção agroecológica e para o autoconsumo, organizando grupos de produção e de comercialização, atuando nos níveis local, regional e estadual;

f) Desenvolver um processo de formação de lideranças sindicais para atuarem no exercício do controle social das políticas de saúde e na formulação de políticas específicas para a saúde no campo, além de fortalecer e aprofundar as experiências de promoção e de proteção à saúde, através do conhecimento e do uso de plantas medicinais – fitoterapia – socializando o saber popular e incentivando a educação em saúde para contribuir na qualidade de vida das famílias com a utilização da homeopatia;

g) Manter viva nossa bandeira de lutas para manter os direitos como a Previdência Sociais, SUS, e as políticas de credito diferenciado para a Agricultura Familiar.

Desse modo, pretendemos, progressivamente, ir constituindo a desejada nova sociedade: mais igualitária, mais democrática e mais solidária que, necessariamente, pressupõe novas relações entre homens e mulheres.

6. FINANÇAS FETRAF-SC/CUT E SINTRAFs

6.1 Avançar na política de auto sustentação do sistema Fetraf/Sintrafs

É sabido por todos que o cenário político Brasileiro, de modo especial de 2015 para cá, se revela como um dos mais difíceis da última década. A grande campanha midiática produzida pela elite brasileira e o sistema empresarial promoveu forte criminalização dos sindicatos e movimentos sociais.

Essa campanha, tem sobretudo focado no enfraquecimento do sindicalismo, vez que o mesmo tem sido ator decisivo na defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Com forte enfrentamento, por um lado ao setor empresarial que através das reformas busca lucrar nas costas dos empregados e agricultores, de outro, com o governo que alinhado o setor financeiro pauta a destruição do estado social, drenando riquezas do país para pagar o bolo da festa dos juros elevados aos grandes bancos – reduzindo assim recursos para políticas sociais.

Após o golpe em 2016 e das eleições de 2018, o Governo Federal juntamente com congresso nacional implementou uma forte e ampla política de retirada de direitos da classe trabalhadora e de garantias que a constituição federal consolidou. Além de tirar os direitos dos trabalhadores e agricultores, às reformas aprovadas até o momento visam criminalizar, enfraquecer, e até acabar com os sindicatos combativos e os não combativos.

A reforma trabalhista e da previdência, a medida provisória 871 que tira do sindicato a função de emitir a declaração de comprovação de atividade são medidas que buscam afastar os trabalhadores de seus sindicatos.

Outra ação forte que atinge diretamente os sindicatos, em especial nós da agricultura familiar foi o fim de várias políticas públicas que contribuíam com a ação sindical junto a base. O sindicato/fetraf tinham ação concreta no que se referia a relação agricultor com o sindicato. Hoje já não temos mais essa ação de elaboração, negociação, e implementação de políticas públicas.

Porém, isso não significa o fim do sindicalismo, em especial aquele que se dispõe, mesmo com toda a criminalização, fazer o enfrentamento e o trabalho de base. Podemos dizer também que o momento é muito propicio para o diálogo com a categoria, para luta, para a formação de consciência de classe.

Avançar na melhoria, no aperfeiçoamento da autosustentação do sistema fetraf/Sintraf requer muita habilidade, trabalho e dedicação nesse momento. O próximo

período demanda ainda um forte empenho para a construção e consolidação de uma política de auto sustentação financeira.

Uma política de finanças passa por uma política de relação com a base, de ação política, de articulação com entidades parceiras, de arrecadação, de gestão, controle, de prestação de contas e de transparência em todo o processo, seja da Fetraf ou dos Sintrafs filiados.

Neste eixo da gestão e auto sustentação financeira faz-se necessário implementar e fortalecer os mecanismos e instrumentos que já dispomos na Fetraf/sindicatos:

a) Potencializar o sistema de gestão e finanças do sistema Fetraf e construir mecanismos que possam garantir mais transparências entre Fetraf e sindicatos;

b) Potencializar e ampliar as campanhas de sindicalização da agricultura familiar de forma mais organizada, planejada, com definição de metas e ações capazes de abranger todas as famílias que ainda vivem nas comunidades;

c) Potencializar ações específicas com jovens, mulheres e terceira idade, setores que são estratégicos para a nossa ação política criando ações inovadoras como as trilhas ecológicas, gincanas, atividades esportivas, atividades de grupos de debate, de formação, de relação com os grupos de terceira idade;

d) Fazer ações nas comunidades que não seja especificamente reuniões, mas que leve formas novas de articular e de fazer às ações. Articular com Igreja, ou outras organizações;

e) Mapear os sindicatos que tem maior potencial de agricultores para associar e focar nesses municípios;

f) Ampliar as ações de qualificação dos funcionários (as) dos sindicatos e de processos de gestão administrativa e financeira, de atendimento, de inovação e fortalecimento dos sindicatos.

7. RESOLUÇÕES, PROPOSIÇÕES E PROVOCAÇÕES DO III CONGRESSO

7.1 Resoluções sobre os ‘Painéis Temáticos’ no Dia 02 de Outubro

Painel I - ‘OS DESAFIOS NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL CUSTISTA‘

A intervenção temática foi com o painelista Sergio Nobre da Central Única dos Trabalhadores que apresentou os cenários conjunturais e desafio da política nacional, remetendo ao plenário debate a cerca de duas questões abaixo relacionadas:

a) **Que a Fetraf e os Sindicatos da agricultura familiar de Santa Catarina reafirmem como princípios fundamental de sua atuação e compromisso:**

1. A defesa da democracia como princípio incondicional;

2. A luta em defesa das conquistas da agricultura familiar;

3. A Organização como princípio fundamental para fortalecer a atuação e defesa dos agricultores e agricultoras;

4. Manter sua relação com os Movimentos Sociais e defender seus princípios de organicidade junto a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT Brasil).

Painel II – 'O NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS, LIMITES E POTENCIALIDADES PARA O FORTALECIMENTO DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL'

Uma das preocupações centrais da Fetraf Santa Catarina encontra-se no debate do modelo de Produção e logística da Comercialização dos produtos oriundos das propriedades de agricultores familiares no estado catarinense.

Portanto, o tema apresentado para discussão no painel temático é parte de uma centralidade do debate político de nossa federação, assim como, o painelista Prof. Dr. Valdemar Arl, profundo conhecedor da produção e viabilidade da agroecologia em Santa Catarina. Com um dos trabalhos mais relevantes já produzido de resultados na área da agricultura sustentável no planalto norte catarinense, Valdemar é respeitadíssimo por sua atuação como educador popular, que usa uma transversalidade de poucos para trabalhar um tema tão importante como a agroecologia. Da formação técnica, política dos sujeitos a organização dos movimento e entidades da agricultura familiar e camponesa no sul do Brasil.

Suas contribuições aqui neste documento, além do texto sobre Produção apresentando no Eixo 2 deste documento, suas intervenções no III Congresso, no Painel do primeiro dia, assim como na oficina em que debateu no segundo dia são de grandes contribuições ao projeto político de nossa entidade. Abaixo a questão apresentada ao plenário e as resoluções aprovadas:

b) **Que a Fetraf Santa Catarina assuma como compromisso de sua atuação frente a lógica produtiva do agronegócio, que domina, aprisiona, exclui e adoece quem produz e consome:**

1. A luta por políticas públicas de incentivo a transição para um modelo mais sustentável e justo aos agricultores familiares;

2. Avançar na articulação campo e cidade como estratégia fundamental para a transição ao modelo de produção sustentável e inclusivo;
3. Que a intercooperação seja assumida como princípio fundamental de fortalecimento, articulação e segurança para consolidar a alternativa de transição, abertura de mercados e incentivo aos que se propõe mudar.

7.2 OFICINAS TEMÁTICAS E PROPOSIÇÕES

O segundo dia do III Congresso tinha como proposição pedagógica espaços de debates em 5 oficinas temáticas e a elas duas questões transversais presente em cada um dos espaços de debates e uma questão mais especifica a cada tema.

- **OFICINA 1 – Tema: 'Agricultura Familiar: modelos de Produção, limites a permanência e desafios na transição ao modelo sustentável' -** Mediação: Prof. Dr.Valdemar Arl e Gilso Giombelli

- **OFICINA 2 – Tema 1: 'Gênero e Geração: Como avançar para garantir a participação e presença do jovem e das mulheres em nosso sindicalismo -** Mediação: Daniela Celuppi e Nara A. Peruzzo

- **OFICINA 3 - Painel 1: 'Sustentação e autonomia financeira do Sistema Fetraf: caminhos e perspectivas' e Painel 2: 'Organização Sindical da Agricultura Familiar, limites e desafios: o reconhecimento político e jurídico do Sistema Fetraf-SC'** - Mediação: Marcos Rochinski, Dr. Salesiano Durigon, Dirceu Dresch e Rosane Bertotti

- **OFICINA 4 - Tema: Políticas Públicas: para quem e para que? Importância, cenários de desmontes e novas perspectivas.** - Mediação: Juliano Fossá e Alexandre da Silva

- **OFICINA 5 - Tema: Impactos do Acordo comercial, Mercosul e União Europeia para a Agricultura Familiar** - Mediação: Luc Vankrunkelsven (Wervel Bélgica) e Prof. Dr. Joao Leite (Uffs)

7.2.1 PROPOSIÇÕES DAS OFICINAS ATRAVÉS DAS QUESTÕES TRANSVERSAIS (QT1 e QT2):

- **QT 1: - Como a Fetraf e os Sindicatos podem avançar nas ações de fortalecimento da agricultura familiar?**

a) Mantendo a proximidade com nossos sindicatos com diálogo aberto e construtivo;

b) Lutando por políticas públicas como ATER, Habitação, PAA, Pnae, Educação do Campo, Crédito Diferenciado para produção diferenciada que fortaleçam as entidades e a Federação;

c) Defesa da Previdência Social e um SUS comprometido com a saúde dos Agricultores Familiares;

d) Defendendo e respeitando a individualidade das regiões, buscando sempre o fortalecimento de todos;

e) Distanciar a política partidária do trabalho nas bases, pois isso prejudica a atuação em muitos lugares, principalmente neste momento;

f) Avançar na organização das mulheres agricultoras fortalecendo a relação políticas, social e de incentivo à produção diversificada nas propriedades;

g) Investir em formação política de jovens e mulheres, com foco na organização familiar e foco no modelo de produção que queremos;

h) Pensar numa agricultura familiar que utilize a tecnologia adequada ao nosso método de produção;

i) Manter nossa posição firme e concreta no que se refere ao nosso projeto perante a sociedade civil e governamental;

j) Buscar mercados municipais para poder garantir a venda dos nossos produtos, dialogando com Associações comerciais e o poder municipal para que se torne viável produzir;

k) Ocupar espaços nas diferentes instancias da sociedade;

l) Seguir na luta com autonomia, respeitando às diversidades, realidades, credos e construção coletiva;

m) Melhorando desde a metodologias de nossas reuniões, muitas delas pesadas, chatas e pouco produtivas do ponto de vista dos resultados esperados;

n) Organizar momentos culturais de integração dos agricultores e lideranças, com muita música violões, gaitas, rodas de conversas;

o) Trabalho de base constante, principalmente com os jovens e as mulheres;

p) Debater com organizações urbanos, sociedade civil e governamental, para construir uma aliança campo e cidade;

q) Incentivar sistemas de produção que possibilite condições do Agricultor Familiar ter renda e qualidade vida no meio rural;

r) Fazer trabalho de base com metodologias que tragam as pessoas, reunindo menos e dialogando mais através de atividade pluriativas, lúdicas como jogo de bola, almoço comunitário, intercâmbios, aproximação com pessoas com ideias diferentes;

s) Focar também na sucessão familiar, mostrando a juventude que dinheiro e valor tem sentidos diferentes. E para isso trazer parceiros como: Cresol, Igrejas, Grupos de jovens e fazer debates e levantamento de pautas para juventude local;

t) Trabalhar na sucessão de lideranças com renovação e ampliação da frente de luta (para que todos possam deixar o seu legado e ajudar na construção de uma sociedade melhor).

- **QT 2: Nesses 20 anos organizamos e constituímos várias entidades de apoio e promoção da agricultura familiar. - Como a Fetraf e os sindicatos podem potencializar essas organizações.**

a) Pensar em políticas públicas de consenso que possam ser trabalhadas com todas as entidades e fazendo a defesa do PADSS;

b) Fortalecer o fórum das entidades estadual, regional e local como espaço de articulação política, formação, renovação de lideranças, fomento e cooperação da Agricultura Familiar;

c) Criar fóruns campo e cidade como já temos na Região do Alto Vale do Itajai, ou então ampliar a representatividade no Fórum de Entidades da Agricultura Familiar;

d) Sindicatos e Fetraf trabalhar na articulação com as cooperativas locais e vice-versa (Intercooperação);

e) Promover ações coletivas, planejadas, estratégicas para o agricultor entender a importância das organizações;

f) Fortalecendo nosso sistema de cooperativas, principalmente as de crédito que surgiram no nosso meio;

g) Retomar diálogo de sustentabilidade através do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Santa Catarina;

h) Dedicar mais tempo mais tempo para discutir e planejar ações conjuntas com todas as entidades da Agricultura Familiar.

7.2.2 PROPOSIÇÕES DAS OFICINAS ATRAVÉS DAS QUESTÕES ESPECÍFICAS (QE1 à QE5):

- **QE1 - Que ações Fetraf e sindicatos devem promover para consolidar e avançar no projeto de desenvolvimento sustentável?**

a) Respeitar a escolha dos agricultores pela integração, mas implantar a diversidade de produção agroecológica;

b) Criar mercados para o escoamento dos produtos, inclusive criando redes de comercio;

c) Implantar projetos de conscientização urbana para o consumo saudável dos produtos orgânicos;

d) Aproveitar os nichos de mercado e disputar espaços. Fazer a defesa e ajudar no processo de legalização da produção do queijo colonial;

e) Potencializar os intercâmbios com grupos de família, mulheres, jovens para conhecer as experiências que já existem;

f) Identificar famílias com potencial para a produção de sementes;

- **QE2 - Como sistema FETRAF/SINDICATO pode ampliar e fortalecer as ações e as políticas de gestão, transparência, auto sustentação, arrecadação, controle e capacitação das equipes dos Sindicatos e Fetraf/SC?**

a) Precisamos sair de trás do balcão (burocracia das políticas públicas) e fazer trabalho de base, visitar as famílias e comunidades de nossa base;

b) Seguir com proposições como a rifa, desconto automático, realizar eventos, promoções, projeto coletivo e política de estruturação e fortalecimento de todo nosso sistema;

c) Avançar em processos específicos de formação para funcionários e dirigentes nos sindicatos regionais ou municipais;

- **QE3 - Como a Fetraf pode potencializar as relações internacionais, visando as oportunidades com entidades parceiras?**

a) Trazer pensadores, críticos, ambientalistas, biólogos em nossas atividades para conhecer nosso sistema produtivo, nossos produtos diferenciados para que sejam ponte de sensibilização com demais grupos/setores;

b) Promover intercambio para troca de experiências, renovar ideais sobre os sistemas de produção e a avançar no estudo de mercado para venda de produtos fruto destes intercâmbios;

c) Criar mecanismos de divulgação que levem conhecimento dos produtos da Agricultura Familiar para toda a população (de trabalhador, para trabalhador);

d) Organizar rede de comércios entre as nossas equipes/entidades como: Cresol e demais cooperativas. Exemplo: Vale feira para comprar nossos produtos.

- **QE4 - Como a Fetraf e os Sindicatos podem avançar nas políticas e nas ações que promovam a igualdade de gênero e geração nas suas instâncias organizativas e em suas atividades?**

a) Buscar a formação e condições para que se construa a participação de ambos nas tomadas de decisões, na construção de ideias, discussão do projeto e valorização dos nossos produtos;

b) Respeitar as diferenças e dialogar com os companheiros sobre gênero e geração.

- **QE5 - Como o Sistema Fetraf/ Sindicato deve se organizar para resistir, enfrentar e garantir melhores condições para a agricultura familiar?**

a) Formação de base, espaços mais coletivos, processos de intercooperação;

b) Dirigentes precisam ouvir mais a base e o conjunto da sociedade;

c) Reeducar e cooperar em vista de avançar no projeto da Agricultura Familiar;

d) Parcerias com os poderes municipais, executivo e legislativo.

7.3 PROVOCAÇÕES DOS FACILITADORES NAS OFICINAS

- Como a gente vai fazer a relação com o povo no processo de produção com o método agroecológico?

- Qual é o modelo de saúde que queremos para o futuro? - A FETRAF SC topa se desfiar para construir um novo projeto de defesa da saúde com os fitoterápicos e o que podemos cultivar em nossos quintais?

- Como nós sindicalistas vamos “liderar todos” (Agronegócio e Agricultura Familiar) e também apontar para o modelo que queremos/defendemos?

- Que saúde nós queremos para o futuro dos trabalhadores da agricultura familiar e consumidores de nossos produtos?

- A FETRAF SC topa se desfiar para construir um novo projeto de defesa da saúde com os fitoterápicos e o que podemos cultivar em nossos quintais?

- Que proposta diferente temos frente ao modelo cooperativista que financia o agronegócio, fortalecendo a venda de agrotóxicos?

- Em um mundo de tecnologias, dados cruzados e armazenados via digitalização! Como os sindicatos estão se preparando para atender isso?

8. SINTESE DA ELABORAÇÃO

Prof. Neuri A. Alves
Assessor de Formação e Elaboração Fetraf SC/CUT

Caros companheiros e companheiras!

Com dedicação e o cuidado que a Fetraf Santa Catarina merece por sua honrosa história e protagonismo na luta, elaboramos este documento. Ele traz presente o rosto protagonista de cada um de vocês agricultores e agricultoras, lideranças de nossas entidades – só no congresso, mais de 800 se fizeram presente no primeiro dia.

Esta elaboração não tem o propósito de ser a cartilha final de um processo, e sim, um espelho onde podemos olhar, nos enxergarmos. Vislumbrar o caminho percorrido, os desafios enfrentados com coragem, as esperanças vindouras alimentadas por cada um de vocês, e a mensagem de sempre do mestre Dom José: ''Um pé na Roça e outro na luta''.

Acima de tudo, que o III Congresso da Fetraf Santa Catarina seja compreendido como um instrumento oportuno de debate sobre os cenários colocados, um espaço de debates sobre os grandes desafios que temos/teremos a enfrentar. E o quanto de energia cada um de nós pode colocar para seguirmos resistindo e lutando por nossos ideais.

Foram dois dias para partilharmos as sementes de nossas utopias, dos desafios e plantarmos aqui neste documento. A nós, lideranças, pensadores, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, o compromisso do cuidado, da responsabilidade. De voltar cotidianamente a este campo de nossas ideias, observar quantos brotos apontam teimosos na aridez dos dias e rompem o solo à espera das chuvas de nossa coragem de lutar. Quantas folhas ousadas vão compondo os galhos desafiadores das relações coletivas, tão necessárias para equilibrar nosso crescimento e fortalecimento.

Findo aqui minhas impressões como espectador de grandezas, organizador destas importantes reflexões e aprendiz de cada um de vocês. Aqui vos entrego este documento como apelo de uma Deméter (Deusa da Agricultura) a Hades para que devolva sua filha Perséfone e com ela, a primavera de novos dias. Porque não nascemos para o silêncio eterno da terra, mas para dela nascermos diariamente e produzir os frutos da dignidade, do cuidado, da fraternidade e fundamentalmente a felicidade dos que contam conosco.

– Fraterno abraço!

FETRAF-SC

AGRICULTURA FAMILIAR

CUT

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras
na Agricultura Familiar de Santa Catarina